

A SEMANA

na África

Clipping sobre PALOP e África Austral

18 a 22 de Fevereiro de 1991 Nº 26

ÁFRICA DO SUL: Divergências no interior do ANC

As divergências entre os setores "moderado" e "linha-dura" do ANC podem criar dificuldades para a formulação de uma proposta homogênea a ser apresentada na conferência por uma África do Sul Democrática (CODESA) por parte do movimento, que é a maior força política do país (seu presidente, Nelson Mandela, receberia hoje, segundo pesquisa do Human Sciences Research Council, 42% dos votos urbanos, contra 27% do presidente sul-africano De Klerk e seu Partido Nacional). Estas divergências tornaram-se patentes quando Cyril Ramaphosa, secretário-geral do movimento, afirmou que o futuro governo democrático sul-africano não honrará os compromissos assumidos no exterior pelo governo atual, por não reconhecer a sua legitimidade. Isto contribuiu para aumentar a reserva de possíveis investidores externos, o que torna menos plausível a recuperação econômica do país, que em 1991 sofreu, pelo segundo ano consecutivo, uma queda no seu PIB (-0,6% em relação a 1990; 1990, -0,9% em relação a 1989). Mandela, em Genebra, contestou a afirmação de Ramaphosa, dizendo que ela não corresponde à posição do ANC. Esta não homogeneidade de posições no interior do movimento reflete-se nas atitudes face às negociações que decorrem sob a égide da CODESA, que também incluem desde um otimismo expresso em declarações à imprensa até a montagem de piquetes na rua, por iniciativas de Chris Hani, secretário-geral do Partido Comunista Sul-Africano (SACP) e chefe da ala militar do ANC, exigindo a queda do governo.

O governo vem sendo atacado por dois lados; pelas organizações negras, a frente das quais o ANC, que o acusam de tentar manter o poder nas mãos dos brancos, e pela direita branca, que não aceita as "concessões" feitas por ele às forças que combatem o Apartheid. Neste contexto, as eleições que teriam lugar em Potchefstroom, na semana 16-22 de fevereiro, passam a ter grande importância, por servirem como um indicador do apoio de que desfrutam os conservadores junto à população branca. (p.12)

NESTA EDIÇÃO:

Novo sistema de crédito para os PALOP
p.1

Angola: novo exército jura lealdade
p.2

Portugal e Unesco em Angola
p.5

Moçambique: políticas para o pós-guerra
Artigo de Magid Osman
p.9

A mistura de culturas como base da nova nação moçambicana
p.10

Divergências no interior do ANC
p.12

ANGOLA: A UNITA está legalizada; e a África do Sul passa a manter relações de Estado a Estado com o governo angolano.

A UNITA — segunda organização registrada após o MPLA — está legalizada como partido político perante o Tribunal Supremo de Angola. Por outro lado, sucedem-se atos hostis contra o governo e órgãos de comunicação nos comícios da UNITA, o que vem suscitando previsões sobre possíveis práticas ditatoriais em caso de vitória eleitoral do movimento de Savimbi. (p. 04)

O vice-ministro da Informação de Angola, Aldemiro Vaz da Conceição, advertiu, em Lisboa, que a UNITA, por ser uma organização essencialmente militar, apresenta certa dificuldade em integrar-se à prática política legal e democrática. Um dos apelos constantes de seu líder é o incentivo ao desrespeito à lei e à desestabilização do atual governo.

Sobre a gradual perda de importância da UNITA como aliada da África do Sul — esta só teria concedido

Informativo de circulação restrita editado pelo programa de Estudos Africanos do CENTRO DE ESTUDOS AFRO-ASIÁTICOS — CEAA do Conjunto Universitário Cândido Mendes.
Responsável: José Maria N. Pereira. Elaboração: Colin Darch, Edson Borges, Francisco E. Novello, Marcelo Bittencourt Pinto e Rogério A. Schmitt.
Secretaria: Ana Cristina Macedo de Souza. Rua da Assembleia, 10, Sala 501. Telefone: 224-8622 R. 259; 221-3536; Fax: (021) 2310648.
Rio de Janeiro — Brasil Cep: 20011.

um terço dos US\$ 30 milhões solicitados pela UNITA, havendo o presidente De Klerk acrescentado que, a partir de agora, as relações com Angola seriam de Estado a Estado —, disse Vaz da Conceição que, com as modificações, desde a década de 80, na posição e correlação de forças da elite no poder da África do Sul, os diversos interesses sul-africanos buscam afirmações em outros canais, como no atual governo do MPLA, intermediador para que se estabeleçam relações diplomáticas entre os dois países antes mesmo das eleições.

A possível perda do papel da UNITA como intermediadora dos interesses dos seus aliados mais tradicionais se daria porque os objetivos destes já teriam sido atingidos, e por não dispor a UNITA de quadros e de um programa claro e coerente. (p. 01)

MOÇAMBIQUE: Portugal participará na próxima fase das negociações

O secretário de Estado dos Negócios Estrangeiros de Portugal, Durão Barroso, obteve, em Roma, a aprovação por parte como da comunidade de Santo Egídio como do governo italiano para a participação portuguesa, com o estatuto de observador oficial, logo que as conversações entrem na análise das questões militares. Os sucessivos encontros secretos entre representantes do governo português com a Frelimo e a Renamo, separadamente, indicavam já a provável participação portuguesa. O envolvimento português foi orquestrado de forma que não inibisse demasiadamente a mediação italiana. A ambição do Primeiro Ministro português, Cavaco e Silva, é buscar para o seu governo os méritos de um futuro acordo de paz em Moçambique. O que deverá ser conciliado com o estatuto de mero observador para questões militares, juntamente com EUA, França, Inglaterra, África do Sul, Malavi e Zimbábue.

Durante a semana recomeçaram as conversações da décima rodada de negociações, que foi precedida de uma atuação dos EUA, através do subsecretário adjunto para os Assuntos Africanos, Jeffrey Davidow, junto aos Presidentes de Moçambique e Zimbábue, e do líder da Renamo, Afonso Dhlakama, na busca de um avanço nas negociações, face aos impasses existentes. Segundo o deputado italiano, mediador nas conversações, Mário Raffaelli, o acordo quanto à lei eleitoral está próximo, com a adoção do sistema proporcional nas eleições legislativas e do majoritário nas presidenciais, faltando determinar o papel da assembleia eleita em matéria constitucional. (pp. 07 e 08)

A participação portuguesa em uma segunda fase das negociações foi bem recebida tanto por Raul Domingos, chefe da delegação da Renamo, quanto por Armando Guebuza, representante do governo moçambicano. Os dois negociadores deram entrevista ao Público logo após a confirmação oficial da presença portuguesa nas negociações. Domingos continua a sustentar a retórica empregada pela Renamo, de que a Frelimo pretende o monopólio do poder e por isso entrava as negociações. No entanto, paralelamente a tal acusação o jornal "Notícias" de Maputo revelou que soldados da Renamo atacaram vários bairros da cidade da Beira durante a semana. (pp. 10 e 11)

Em Maputo, o procurador-geral de Moçambique, Edu-

ardo Mulembue, ordenou a libertação do capitão Muzamilo Cassimo, que havia sido detido pela polícia militar quando se preparava para uma palestra, onde denunciaria casos de corrupção no Exército moçambicano. Antes da ordem do Procurador Geral, alguns oficiais de alta patente sugeriram que o capitão fosse submetido a tratamento psiquiátrico. (pp. 07 e 10)

Este tipo de reportagem tende a ser melhor divulgada, segundo a Mediacoop (uma cooperação de profissionais da informação criada em Maputo) com a futura publicação do jornal semanário "Semana".

Entre os membros da Mediacoop, responsável pela publicação do jornal, constam o correspondente do Expresso em Maputo, Fernando Lima, o antigo diretor da agência de notícias AIM, Carlos Cardoso e o fotógrafo Kok Nam. (p. 07)

PORTUGAL/PALOP: Novo sistema de crédito para a cooperação, PNUD em Bissau

Um novo sistema de crédito, voltado para projetos ligados ao desenvolvimento, será efetivado pelo Fundo de Cooperação Económica (FCE), organismo dependente dos ministérios das Finanças e dos Negócios Estrangeiros, e que funcionará junto ao Instituto para a Cooperação Económica. O FCE, que tem dotação para 1990 de cerca de US\$ 28 milhões, deverá definir ainda países e setores de atividade prioritários; a diversificação e ampliação dos mercados e a possibilidade de pequenas e médias empresas portuguesas dirigirem-se mais para a África (devido ao impacto da incorporação de Portugal ao MCE). Os países que atualmente apresentam melhores condições para investimento são Angola e Cabo Verde; o auxílio financeiro à represa de Cahora Bassa, em Moçambique, em contrapartida, não está incluído nas despesas de cooperação. (p. 01)

Um consórcio, composto pela empresa portuguesa Orstar/Gesplan e pelas francesas Sogreah e Saur venceu a concorrência para a elaboração do plano diretor de recuperação das redes de abastecimentos de água, de esgoto e do serviço de limpeza urbana de Luanda. Concorrências para a elaboração de um plano diretor de urbanização de Luanda, das redes de acesso a Angola e de reestruturação do porto de Luanda já foram lançadas, ou estão em vias de lançamento. (p. 03)

GUINÉ-BISSAU: Pressões sobre o "Grupo dos 121"

O "Grupo dos 121", que adquiriu notoriedade em julho de 1991 ao divulgar uma carta-manifesto onde o PAIGC e o governo eram fortemente criticados, vem enfrentando uma forte pressão; seus membros foram afastados da direção do PAIGC, que pretendiam "renovar", e impedidos de participar do V Congresso do partido, encontrando ainda obstáculos à reintegração aos seus antigos empregos. Neste contexto desfavorável, seus integrantes não conseguem chegar a um consenso acerca do futuro do movimento, havendo resistências quanto à sua transformação em partido, desejada por parte dos aderentes.

O único signatário da "Carta dos 121" que manteve o seu cargo é o ministro da Economia e Finanças, Manuel dos Santos, aparentemente por ser o único membro do governo que ainda dispõe de audiência junto ao Banco Mundial, que ameaça deixar o país, devido a divergências acerca da condução do processo de privatização, considerada pouco transparente pelo Banco Mundial. (p. 06)

'UNITA tem dificuldade em adaptar-se à nova realidade'

O JORNAL Sexta-feira, 14 de Fevereiro de 1992

Recém-encontro com forças da oposição atestou maturidade dos angolanos

Esteve recentemente em Lisboa, mais uma vez, o vice-ministro da Informação de Angola, Aldemiro Vaz da Conceição, desta feita na qualidade de porta-voz do seu Governo e com uma missão bem significativa quanto às mudanças que naquele país se vêm registando. Quisemos ouvir dele próprio o que o trouxe até Lisboa e ao Funchal, bem como saber da sua opinião sobre as transformações ocorridas na África Austral, transformações de que é sinal mais do que evidente a recente visita a Luanda do ministro dos Negócios Estrangeiros da África do Sul.

Eis as respostas do vice-ministro angolano às questões que lhe foram postas por «O Jornal»:

«O Jornal» — Sabemos que está em Portugal, não na sua qualidade de vice-ministro da Informação de Angola, mas na de porta-voz do seu Governo. Quer

falar-nos da missão que o trouxe cá nessa qualidade?

Aldemiro Vaz da Conceição — O senhor presidente da República de Angola incumbiu-me da missão de ser portador de uma carta do primeiro-ministro convidando o sr. dr. Alberto João Jardim para visitar Angola. O convite foi aceite e a viagem vai realizar-se esperamos que muito brevemente.

■ — Também é sintomático que, paralelamente a esse convite e à sua aceitação, tenha decorrido a visita a Angola do ministro dos Negócios Estrangeiros da África do Sul e, ainda por cima, com o intuito de estabelecer relações diplomáticas com o seu país e de o fazer, já, com o actual Governo de Luanda. Como comenta isto?

□ — Eu começaria por falar de outros factos ocorridos no meu país e que devem ser tidos em consideração para comentar esses de que fala. A



Aldemiro Vaz da Conceição
UNITA mantém estação emissora clandestina

situação em Angola alterou-se muito. E alterou-se em sentido positivo. Neste momento existe estabilidade militar. Nunca mais se registou, entre as partes anterior-

mente beligerantes, qualquer espécie de conflito armado. Surgiram na cena política outras formações, realizou-se uma reunião multipartidária durante a qual o Governo pode auscultar de forma multilateral as opiniões das diferentes correntes políticas sobre o processo eleitoral e as alterações constitucionais. Podemos dizer que esta reunião atestou a maturidade dos angolanos, pois que decorreu dentro do maior civismo e da maior tolerância política. Infelizmente a UNITA não participou nessa reunião.

■ — Na sua opinião, qual a razão da UNITA não ter participado?

□ — A UNITA, naturalmente, como força de oposição que é neste momento, tem procurado dificultar a actividade do Governo e nem sempre de um modo que possamos considerar transparente, correcto e de acordo

com as leis do país. A UNITA tem vindo também a demonstrar uma certa dificuldade em passar à vida política e a sua não participação naquela reunião também passa por aí. Ela é uma organização essencialmente militar e até com uma prática militar que deixava muito a desejar. Daí que venha a revelar dificuldades em adaptar-se à nova situação, ao novo estatuto político. E isso tem-se revelado através de uma série de ilegalidades perante uma lei que a UNITA disse reconhecer nas discussões e nos acordos de Bicesse.

■ — Pode citar algumas dessas ilegalidades?

□ — A UNITA, por exemplo, tem uma estação emissora clandestina em Luanda, o que constitui um foco de tensão. Se o Estado fosse a utilizar os meios de que dispõe, entre os quais a própria apreensão policial do emissor, isso poderia originar em Luanda um incidente de proporções mais graves do que o do Lobito. A UNITA, através do seu líder, tem feito vários apelos à insubordinação, ao desrespeito à lei, como o incentivo a greves selvagens e ao desalojamento e ocupação de edifícios. Por isso, não me admirou que a UNITA, dentro da sua campanha de desestabilização do actual Governo, que aliás ela diz reconhecer, tenha procurado até, afastar os empresários portugueses do investimento em Angola. O que também traduz os compromissos que a UNITA assumiu anteriormente face aos seus aliados. Face, por exemplo, à África do Sul. Penso que a estrutura económica da UNITA, se a UNITA viesse a ser poder,

haveria de passar muito pela África do Sul, mesmo nas ligações que Angola pudesse vir a ter com Portugal.

O clima na África Austral é agora outro

■ — Querá então dizer que a visita do ministro dos Negócios Estrangeiros da República da África do Sul a Luanda, de que falámos no início desta conversa, demonstra já alguma inflexão na sua política em relação a Angola e, até, em relação à UNITA?

□ — Temos que ter em consideração que essa visita traduz também um novo clima que se vive na zona austral do Continente africano. Deram-se ali alterações profundas. A correlação de forças na classe governativa sul-africana é diferente da que era, por exemplo, na década de oitenta. Digamos que os falções perderam peso. Sendo assim, é natural que a África do Sul reavalie todas as relações que mantinha com os países limítrofes. E, neste contexto, é também natural que a UNITA perca importância como aliado da África do Sul. Aliás a UNITA, neste momento, já não pode dispor da mesma importância na medida em que os objectivos que através dela se pretendiam foram atingidos. E, por outro lado, a UNITA como não dispõe de quadros de um programa político claro, de uma postura política coerente, momentaneamente por parte dos dirigentes, vai perdendo cada vez mais a importância que tinha junto dos seus aliados. E isso nota-se, já, no contacto com a própria sociedade portuguesa.

Angola poderá investir na Zona Franca da Madeira

Ainda no âmbito dos comentários que o porta-voz do governo de Angola fez sobre a sua ida à Madeira a convidar o presidente do governo daquela região para uma visita a Luanda, Almiro Vaz da Conceição adiantou:

«Posso-lhe dizer que, nesta visita, foram-nos feitas algumas propostas pelo Dr. Alberto João Jardim. Ele aventou, inclusivamente, possibilidades de cooperação, nomeadamente o investimento de Angola na Zona Franca da Madeira, o que seria extremamente útil para o meu país. É uma questão sobre



Alberto João Jardim
Próxima visita a Luanda é decisiva

a qual o governo de Angola se irá debruçar e durante a visita do Dr. Alberto João Jardim ela irá certamente ser discutida.»

«O vice-ministro da Informação de Angola acrescentou ainda: «Angola vai poder, no futuro, aprofundar as relações económicas com Portugal. Posso-lhe dizer mesmo que é intenção do governo privilegiar essas relações a tal ponto que Portugal será sempre o parceiro escolhido em primeiro lugar por Angola e só quando Portugal revelar incapacidade é que poderá ser escolhido outro parceiro.»

O JORNAL Sexta-feira, 14 de Fevereiro de 1992

Novo sistema de crédito para os PALOP

Africa e os países lusófonos vão beneficiar, dentro em breve, de um novo sistema de concessão de empréstimos para investimentos empresariais em projectos ligados ao desenvolvimento. Em caso de vir a ser aprovado, o projecto de crédito será posto em prática pelo Fundo de Cooperação Económica, em colaboração com o sistema bancário. O Banco de Fomento Exterior também estará integrado na operação.

O sistema de crédito, que estará sob a tutela das secretarias de Estado da Cooperação e da dos Negócios Estrangeiros, está dotado com quatro milhões de contos pelo Orçamento Geral do Estado para 1992.

O organismo, dependente dos ministros das Finanças e dos Negócios Estrangeiros, funcionará junto do Instituto

para a Cooperação Económica, tendo sido criado nos primeiros meses de 1990.

A diversificação e alargamento de mercados, uma crescente interpenetração económica e a possibilidade das pequenas e médias empresas se dirigirem mais para África face à perspectiva e ao choque do Mercado Único Europeu, são algumas das vantagens apontadas.

O fundo para a cooperação, criado num contexto normativo bastante flexível, deverá ainda definir países e

sectores de actividade prioritários, sendo de notar que as suas acções não excluem à partida qualquer outra região do mundo, inclusive os países de Leste.

Dos PALOP, Angola e Cabo Verde são os países que apresentam actualmente melhores condições para o investimento. No primeiro caso, por se tratar de um país com enormes riquezas e potencialidades e o segundo por apresentar um quadro favorável — estabilidade política e hábitos de «bom pagador».

Contudo, o auxílio financeiro de Portugal à barragem de Cahora Bassa, em Moçambique, não está incluída nas despesas de cooperação, sendo prestado através da Direcção-Geral do Tesouro. A verba destinada à construção da futura aerogare no aeroporto do Sal, em Cabo Verde, deverá sair também do Tesouro.

A tomada de posse do membro do conselho directivo do fundo para a cooperação está prevista para quarta-feira, dia 5, na sede do Ministério das Finanças, em Lisboa.

O fundo, dirigido ao sector empresarial, não visa a substituição do sistema bancário, mas antes complementá-lo, aproveitando a rede já montada.

O projecto inclui créditos mistos, empréstimos directos e bonificação da taxa de juro de créditos comerciais obtidos na banca.

Uma vez que está sujeito às regras do Comité de Ajuda ao Desenvolvimento (CAD), o projecto deverá mostrar-se importante no apoio a empresas portuguesas envolvidas na cooperação com os PALOP.

'A revolução perdida de Sita Valles'

NO ARTIGO intitulado «A revolução perdida de Sita Valles» [EXPRESSO/«A Revista», 25/1/92] pretende fazer-se uma análise ao golpe de estado ocorrido em Angola em 27/5/77, puxando Sita Valles para figura principal: a autora preferiu ver o arbusto e ignorar a floresta...

Quem o ler é levado a pensar (e é grave) que não houve golpe de estado, que do lado «nitista» morreu apenas Saydi Mingas e mais um obscuro militante (já que Hélder Neto pode ter-se suicidado) e que do lado «nitista» os heróis (e mártires) foram Nito Alves, ele próprio, Zé van Dunen e Sita Valles. As outras centenas de vítimas, de um lado e do outro, não entram na ficção.

Na qualidade de jornalista angolano, que viveu esses acontecimentos na pele, tenho uma palavra a dizer, no sentido de esclarecer: acredito que a autora foi enganada!

Nito Alves e Sita Valles eram meros títeres dos interesses da URSS e outros países de Leste. Criaram em Angola um clima de terror e de perseguição política nos meses que se seguiram à independência do país, em 11/11/75. UNITA, UPA e mercenários eram «meninos de coro» comparados com aquilo a que eles chamavam «os esquerdistas»: muita gente foi presa, torturada e desapareceu.

Eu próprio, à época na direcção do «Diário de Luanda», denunciei essas perseguições contra camaradas que muito contribuíram para a vitória do MPLA. Os Comités Amílcar Cabral e as Comissões Populares de Bairro foram consideradas organizações controladas pelos «esquerdistas» e marcadas com o ferrete da traição. Reagi, defendendo esses camaradas em vários editoriais. Os «nitistas» responderam, convidando-me (de forma muito peculiar) a abandonar Angola: três homens à civil esperaram-me à porta de casa numa bela madrugada, encostaram-me os canos das «Kalashnikov» à cabeça e mandaram-me «para a minha terra»: como tenho a pele clara, estavam a mandar-me para Portugal.

Não aceitei o convite, mas uns dias depois o Ministério da Informação, controlado pelos «nitistas», demitiu-me do cargo (que partilhava com Luciano Rocha e Raimundo Sotto Maior): o argumento era o de traição e sabotagem do processo produtivo. Nesse tempo, «traição» pagava-se com a vida e «sabotagem» com trabalhos forçados em S. Nicolau. Agostinho Neto, Lúcio Lara e os comandantes Ndozi e Pedalé salvaram-nos a vida, a mim e ao Luciano Rocha, também «acu-

sado». Mas o próprio Agostinho Neto me aconselhou a retirar-me de Angola por uns tempos: os «nitistas» estavam com muito poder...

De vitória em vitória, espartilharam Agostinho Neto no Putungo de Belas e tinham nas mãos as alavancas do poder. Publicamente apareciam Nito Alves (muito) e Zé van Dunen (menos) — e Sita Valles pairava por cima deles. Mas os verdadeiros mentores do golpe eram Monstro Imortal (uma espécie de Che Guevara de Angola), Bakalof (comissário político das FAPLA), Minerva (ministro do Trabalho) e Juca Valentim, o homem que garantia o apoio dos ex-presos políticos que estiveram no Tarrafal e em S. Nicolau e pertenciam às células clandestinas do MPLA no interior do país. Esclareço que havia um MPLA liderado por Agostinho Neto, que congregava grande parte dos quadros político-militares que fizeram a guerrilha, e um MPLA do interior, que lutou sempre no território controlado pelo colonialismo e que sofreu na pele os horrores da tortura, da prisão e da clandestinidade. Este MPLA era controlado por quadros jovens que pertenciam à célula da Universidade de Angola, entre os quais se destacava Juca Valentim. O confronto entre essas forças deu-se em 27/5/77. Agostinho Neto, de um lado, queria uma Angola não-alinhada e privilegiar uma ampla aliança de classe que estivesse de acordo com a tradição do MPLA; Monstro Imortal e seus apoiantes queriam-na alinhada com a URSS, e fora do processo político os «burgueses» que se apresentassem na forma de «esquerdistas» ou de nacionalistas reaccionários, muitas vezes chamados «catetistas».

O confronto foi um desastre: durante a II Guerra de Libertação Nacional (do 25 de Abril de 74 ao 11 de Novembro de 75), o MPLA perdeu mais quadros do que durante a guerrilha anticolonial. No dia 27/5/77, de um lado e do outro, morreram os melhores militantes da organização e acaba ali a garantia de uma Angola livre e independente.

Homens como Monstro Imortal, Bakalof ou Juca Valentim eram indispensáveis. Homens como Saydi Mingas, Bula Matadi, Nzaji, Dangereux, Eurico Gonçalves ou Garcia Neto eram imprescindíveis: morreram ingloriamente — os primeiros perante um pelotão de fuzilamento; os últimos, todos altos dirigentes (e ignorados pela autora do artigo), barbaramente assassinados.

O golpe desencadeou uma onda de violência absurda. Ao racismo dos nitistas respondeu-se com racismo e, ao tribalismo, com tribalismo. Quando soube que tinham sido assassinados em Luanda os lendários comandantes Dangereux e Bula Mata-

di (da Frente Leste), um alto dirigente do MPLA residente no Moxico desatou a matar mulatos, brancos e negros de Luanda: na leva desapareceram Paulo Cadavez ou Gilberto Saraiva de Carvalho, quadros de grande valor do MPLA.

Para fazer a contenção do golpe, as forças de segurança prenderam muita gente jovem que na manhã de 27/5/77 andava nas ruas de Luanda: muitos por curiosidade, outros apoiando os nitistas. A ideia era libertar essas pessoas, uma vez controlada a situação político-militar, mas nada disso aconteceu e centenas desses jovens foram levados para um CIR (Centro de Instrução Revolucionária) na Frente Leste e os dirigentes locais assassinaram-nos friamente. Este episódio levou mais tarde Agostinho Neto a extinguir a DISA e a demitir os respectivos dirigentes.

Perante isto, como é possível apresentar as coisas como o EXPRESSO as apresentou? O 27/5/77 marcou o ponto final de um sonho que muitos camaradas meus (apoiantes de Nito Alves ou de Agostinho Neto...) acalentavam: construir um país livre e próspero. Apesar de todos termos lido a «Engrenagem» de Sartre, ainda havia lugar para o sonho, que foi afogado em sangue. Com o artigo que publicou n'«A Revista» de há duas semanas, provavelmente sem querer, a autora cuspiu na tumba de muitos desses revolucionários sonhadores e penso que nem Sita Valles merece isso: teve afinal um papel tão secundário neste drama...

Finalmente há que chamar a atenção da autora do artigo para um deslize grave: ao citar o «Página Um» e os artigos que o jornal publicou nessa época, esqueceu-se de divulgar tudo, inclusive a lista dos membros do Bureau Político e do Governo e do Estado Maior-General das FAPLA assassinados pelos golpistas, que ali foi divulgada. [...]

Artur Queiroz
Porto

EXPRESSO, SÁBADO 15 DE FEVEREIRO DE 1992

ANGOLA

Novo Exército jura lealdade

HOJE, no Huambo, os primeiros 50 oficiais das novas Forças Armadas Angolanas — previstas nos Acordos do Estoril — prestarão um juramento de fidelidade à Pátria, defesa da Liberdade e da Independência.

O juramento evita, propostadamente, quaisquer referências constitucionais e à bandeira, uma vez que a Constituição angolana e a futura bandeira deverão ser definidas pelo Governo saído das eleições. Presente às cerimónias estarão representantes da CCF (Comissão Conjunta para a Formação das Forças Armadas), do Comando Superior do novo Exército e da OCPM (Comissão Conjunta Político-Militar). A representação militar portuguesa será chefiada pelo general Tomás Pinto e a política pelo embaixador António Vítor Monteiro.

A fórmula, sugerida pela equipa portuguesa, esteve em discussão até ao final da semana.

Este primeiro grupo de oficiais, formado por cerca de 25 militares portugueses, irá, de seguida, treinar um segundo grupo de instrutores para o novo Exército angolano. Os 50 oficiais angolanos darão instrução em dois centros: um no Huambo, para oficiais, e outro em Benguela, para sargentos. A equipa portuguesa, chegada a Angola em Novembro do ano passado, é integrada por capitães e oficiais superiores e coordenada pelo brigadeiro Gonçalves Amanha. Esta equipa continuará a assistir tecnicamente os novos instrutores angolanos.

A Luanda chegaram, amanhã, os dois primeiros professores do Instituto de Altos Estudos Militares que irão fazer, na Escola Militar do Huambo, um seminário técnico para formação dos oficiais do Estado-Maior das FA's de Angola.

A instrução dos oficiais de Estado-Maior será posteriormente feita em Luanda, onde irá funcionar um Instituto Superior Militar. Esta escola, inspirada no Instituto português de Altos Estudos Militares, será, contudo, mais abrangente, orientando a sua instrução para os três ramos das FA. Esta formação foi sugerida aos portugueses pelas partes angolanas, em Outubro último.

Nogueira em Luanda

A Luanda chegará, amanhã, na segunda-feira, o ministro português da Defesa, António Nogueira, que se irá avistar com responsáveis militares e políticos dos dois lados.

A visita do ministro português faz-se a convite do Governo angolano e espera-se que marque um incremento da colaboração militar de Portugal com Angola.

França e Grã-Bretanha têm-se mostrado extremamente activas, em particular no que se refere à tentativa de fornecimento de novo equipamento militar para as Forças Armadas Angolanas surgidas ao abrigo dos Acordos do Estoril. Fontes diplomáticas em Luanda esperam que a visita de Fernando Nogueira venha dar um impulso na cooperação técnica, compensando, deste modo, a crescente influência que outros países, particularmente a França e a Espanha, procuraram obter em Angola.

Os militares — dispostos a encurtar os atrasos registados ao longo destes cinco meses — decidiram não condicionar o recrutamento de novos efectivos à conclusão do acantonamento, tendo as propostas feitas por Portugal neste sentido obviado à imediata indicação dos militares acantonados das FAPLA e das FALA que irão ingressar nas FAA.

Consórcio luso-francês ganha concurso internacional

Portugueses e franceses projectam plano director das redes de abastecimento de água, esgotos e lixos de Luanda

O consórcio luso-francês liderado pela Orsan/Gesplan e que inclui as empresas francesas Sogreah e Saur foi indicado como o vencedor do concurso internacional para a realização do plano director da reabilitação das redes de abastecimento de água, esgotos e lixos da cidade de Luanda.

O consórcio vencedor do concurso lançado pelo governo angolano, através do Ministério do Plano, com assistência do Banco Mundial, deverá agora deslocar-se a Luanda para negociar as condições financeiras do contrato.

De acordo com o gestor do projecto, pelo consórcio luso-francês, Amílcar Ambrósio, este plano director deverá definir as grandes linhas de orientação a seguir, bem como as obras a executar, num período de cinco anos, para que se consigam reabilitar as instalações de abastecimento de água, de esgotos e de lixo de Luanda.

O projecto do consórcio liderado pela Orsan/Gesplan terá sido preferido aos outros seis consórcios concorrentes,

entre os quais se incluem os portugueses da EPAL, Coba, EPUL, Hidroprojecto e Intersimet, devido à qualidade técnica da proposta apresentada, designadamente, ao nível dos currículos dos especialistas envolvidos e da experiência dos associados franceses.

Dos termos do concurso constava, para além do projecto das obras a executar num prazo relativamente curto de tempo, a assistência técnica na área de organização e gestão dos serviços públicos de Luanda de abastecimento de água, esgotos e lixos, incluindo a reestruturação dos serviços da Empresa Pública de Águas de Luanda (EPAL).

A proposta do consórcio luso-francês prevê a realização do projecto no espaço de 18 meses, acrescido de seis meses de assistência técnica, envolvendo cerca de 100 técnicos principais e 60 auxiliares por cada mês de duração dos trabalhos. Técnicos especialistas, com vasta experiência profissional nos PALOP, que se distribuem por diversas áreas interdisciplinares como a engenharia, a economia, a arquitectura, a

topografia, o desenho e a sociologia.

As obras deverão ser definidas em escalões prioritários, medidas de emergência, nos primeiros três anos após a realização do plano; medidas a curto prazo, nos primeiros cinco anos, e medidas a médio e longo prazos.

A Orsan/Gesplan é uma empresa com vasta experiência nas áreas de abastecimento de águas e drenagem de esgotos de norte a sul de Portugal, bem como nos PALOP. Por sua vez, a Sogreah Ingénierie tem particular experiência no que diz respeito à reabilitação e melhoramento de projectos de infra-estruturas urbanas.

A Saur-Apique (Société d'Aménagement Urbain et Rural) complementa o consórcio, sendo a maior companhia privada de água e esgotos actualmente a operar em África (Senegal, Chade, Zaire, Moçambique, Guiné-Bissau), encontrando-se já presente em Luanda, onde tem vindo a prestar assistência técnica à EPAL.

Depois deste projecto em Luanda, a Orsan/Gesplan tenciona continuar a trabalhar em África, tendo já entre mãos diversas propostas,

onde se inclui um projecto semelhante ao agora aprovado para a cidade de Malange.

Paralelamente a este plano de reabilitação das redes de abastecimento de água, esgotos e de lixos, estão já lançados, ou em vias de lançamento, concursos respeitantes ao Plano Director de Urbanização de Luanda às redes de acessibilidades de Angola e ao porto de Luanda.

Portugueses formam oficiais em Angola

ESPRESSO
15 DE FEVEREIRO DE 1992

CHEGAM amanhã a Luanda os dois primeiros professores portugueses do Instituto de Altos Estudos Militares que irão fazer um seminário técnico para formação de oficiais do Estado-Maior das Forças Armadas de Angola.

O seminário decorrerá na Escola Militar do Huambo, mas as fases posteriores da instrução de oficiais angolanos irão funcionar no futuro Instituto Superior Militar, a abrir em Luanda. Esta escola superior, a ser criada brevemente, é inspirada no Instituto português de Altos Estudos Militares, mas terá uma orientação mais abrangente ao incluir instruções específicas para os três ramos das Forças

Armadas angolanas. A fim de leccionar os primeiros cursos de formação de oficiais de Estado-Maior, deslocar-se-ão a Angola semanalmente dois monitores do IAEM.

Entretanto, o ministro português da Defesa, Fernando Nogueira, chegará segunda-feira a Luanda, a convite do Governo angolano, para se avistar com responsáveis políticos e militares do MPLA e UNITA. A agenda destes encontros inclui o reforço da cooperação técnica e militar entre Portugal e Angola, compensando, deste modo, a crescente influência que outros países, como a França e a Espanha, procuraram obter em Angola.

niel Chipenda ("quer ser vice-presidente do MPLA") e de Lopo do Nascimento ("tem boas ligações com os empresários, mas é dirigente do MPLA").

"Deus ajudar-me-á se assim for o seu desejo", disse o líder do PDA, partido que declara haver resultado da junção de duas antigas entidades, criadas em 1961: a Organização para a Salvação de Angola (OSA) e a Frente Unida da Juventude Angolana (FUJA).

Alberto Neto é contra a excessiva proliferação dos partidos e considerou que mais de 15 das formações actualmente existentes, à espera de legalização, resultaram de divisões na FNLA, de Holden Roberto, "tendo as parabólicas viradas para o Zaire". Admite que muitas se congreguem e que por fim, à beira das urnas, não fiquem em cena muito mais de "meia dúzia".

Quanto às coligações que o próprio PDA aceitaria, respondeu que as alianças para o futuro só deverão ser feitas no momento oportuno, mas que para já se deveria formar um Governo de Transição, com MPLA, UNITA e outros.

Acerca de Cabinda, defendeu a autonomia interna e um diálogo entre todas as partes, designadamente no âmbito da preconizada Conferência Nacional que o Presidente José Eduardo dos Santos não aceitou, tendo-a substituído por uma "Conferência Multipartidária", sem plenos poderes de decisão.

Sobre a recente agitação na zona da Lunda, no Nordeste de Angola, onde têm circulado panfletos separatistas, observou que "é um fenómeno etnocêntrico que interessa ao Zaire". ■

PÚBLICO

SEXTA-FEIRA, 14 FEVEREIRO 1992

Líder do Partido Democrático Angolano

Nas mãos de Deus

Jorge Heitor

Alberto Neto, professor universitário, 48 anos, de formação francesa, pretende ser um dos protagonistas da nova política angolana. Diz-se convicto de que o seu partido se irá afirmar como a primeira das forças políticas, atribuindo-lhe um eleitorado superior ao da UNITA. "Deus ajudar-me-á, se esse for o seu desejo", sintetiza.

O líder do Partido Democrático Angolano (PDA), criado em 30 de Janeiro do ano passado, afirmou ao PÚBLICO, em Lisboa, acreditar que "uma terceira força" — que não o MPLA nem a UNITA — vencerá as eleições previstas para a segunda quinzena de Setembro.

De passagem por Portugal, a caminho dos Estados Unidos, em busca de apoios externos e para maior ressonância da sua mensagem, Alberto Neto sublinhou ter ainda dúvidas de que as eleições se possam efectuar antes do fim de Setembro, dado o atraso que se verifica no cumprimento dos acordos de paz assinados em Portugal.

No seu entender, talvez uma parte do processo eleitoral tenha de ficar para mais tarde e só uma Conferência Nacional soberana, coisa que o regime não tem aceite, poderia apressar a plena democratização da sociedade angolana, frustrando os alegados planos do MPLA e da UNITA para a dominarem.

Segundo ele, o PDA tem já 61.847 membros, nas diferentes províncias de Angola, e promoveu uma sondagem que lhe promete 40 por cento do eleitorado, não devendo a UNITA ficar acima dos 20 — o que é bem dife-

rente da opinião corrente entre a maioria dos observadores.

De acordo com as controvertidas afirmações de Alberto Neto, bem difíceis de provar, o movimento liderado por Jonas Savimbi estaria preparado para tomar o poder em meados do presente mês, enquanto por seu turno figuras dos serviços secretos militares do regime teriam pensado eliminar em Março alguns dirigentes da oposição.

Nações Unidas

A ser assim, e para que tudo entrasse numa certa normalidade, segundo a óptica do nosso entrevistado, o que haveria a fazer era conseguir uma presença cada vez mais efectiva das Nações Unidas em Angola, que lá deveriam colocar 4 mil homens.

"A oposição não-armada tem de encontrar um líder, que no devido momento se afirme" — afirmou Neto, que admitiu indirectamente ser ele próprio a figura que mais conviria para uma aliança entre diversas forças políticas, depois de ter excluído as hipóteses de Holden Roberto ("o cavalo errado"), de Joaquim Pinto de Andrade ("não tem condições"), de Da-

Televisão em Angola

O JORNAL
de Sexta-feira
14 de Fevereiro de 1992

RTC e Luanda estudam projecto de «joint-venture»

Portugal e Angola aumentam cooperação na área da Comunicação Social

Angola

PÚBLICO - TERÇA-FEIRA, 11 FEVEREIRO 1992

UNITA legalizou-se

A UNITA entregou ontem, no Tribunal Supremo de Angola, os documentos necessários para o seu registo como partido político, numa altura em que continua a debater com o Governo diversa legislação que orientará o período de transição (até à concretização do processo eleitoral e apuramento dos seus resultados).

O secretário-geral, Ali-
cerces Mango, entregou o programa, os estatutos e demais documentos exigidos pela actual lei dos partidos, que em breve deverá ser substituída por outra, menos rígida. E a sua formação fica a ser a segunda oficialmente registada, a seguir ao MPLA, no poder, enquanto para os restantes grupos políticos — não signatários dos acordos de paz — os procedimentos de legalização são mais complicados.

As conversações entre os antigos beligerantes decorrem em paralelo com um incremento de acusações mútuas que lembram os tempos mais acesos da guerra que travaram de 1975 a 1991.

Jonas Savimbi desencadeou as hostilidades no aniversário do 8 de Fevereiro de 1976, data em que os seus homens foram corridos das cidades e tiveram de ir viver para as matas, a partir das quais continuariam a combater o regime.

Num comício realizado num subúrbio de Luanda habitado maioritariamente por pessoas deslocadas do Sul do país, teceu fortes críticas ao Governo e aos meios estatais de comunicação social, que considerou "papagaios" do MPLA.

Savimbi mostrou-se plenamente convencido de que irá vencer as eleições previstas para a segunda quinzena de Setembro, mas ainda não

marcadas oficialmente: "A partir de 1 de Outubro este país vai chamar-se República de Angola. O Popular cai. Tudo o que tem 'p' vai ficar sem 'pês'. Os nossos heróis serão vingados". E evocou um grupo de militantes do seu movimento julgados e condenados à pena capital, pelo Governo, por implicação em atentados bombistas em Luanda e outras cidades.

O ministério da Informação saiu em defesa dos órgãos sob a sua tutela, como a Televisão e o "Jornal de Angola", e previu práticas ditatoriais em caso de vitória eleitoral da UNITA, posição que mereceu pronta resposta de Jorge Valentim, porta-voz do grupo, segundo o qual o mesmo é o único que organiza comícios para explicar o seu programa à população.

Linguagem hostil

Em alguns meios políticos da capital angolana estranhou-se o tom do discurso de Savimbi, já que as cúpulas do Governo e da UNITA sempre mantiveram um certo comedimento nas declarações feitas acerca da outra parte, o que já não aconteceu com os respectivos programas radiofónicos.

Savimbi tinha o semblante carregado, aparentando um ar zangado. E certos observadores da cena política angolana crêem que nem tudo tem corrido bem para o seu movimento, que foi aparentemente infeliz na apresentação de um militar que seria responsável pelo grupo que matou três turistas britânicos e um neo-zelandês. A África do Sul também só lhe concedeu um terço dos 30 milhões de dólares que teria solicitado, havendo o Presidente De Klerk acrescentado que

a partir de agora as relações com Angola seriam Estado a Estado.

As duas partes continuam, porém, a procurar cumprir os acordos de paz assinados no ano passado em Portugal, embora sejam evidentes os grandes atrasos. Já chegaram a consenso sobre a composição do Conselho Nacional Eleitoral e discutiram 60 dos 256 artigos da Lei Eleitoral.

A questão do voto dos militares não será objecto de discussão, pois que os acordos de Bicesse o permitem. Mas há objecção da UNITA ao voto dos angolanos residentes no estrangeiro, dado que os mesmos nem sequer se encontram devidamente recenseados.

Lei dos Partidos

Além da lei eleitoral, estão na mesa de discussões entre o Governo e o grupo de Savimbi a lei dos partidos, a revisão da lei constitucional, a lei sobre a observação internacional das eleições e legislação referente a comunicação social.

As conversações bilaterais deverão terminar no fim desta semana, de modo a permitir que a Assembleia do Povo se reúna a partir da próxima terça-feira, a fim de aprovar todo este pacote legislativo, bem como o Plano Nacional e o Orçamento do Estado para 1992.

A aprovação do Orçamento vai desbloquear a questão das verbas a atribuir à Comissão Conjunta Político-Militar (CCPM), que amanhã vai à província da Huíla verificar como é que a administração do Estado está a conseguir chegar a um maior número de regiões do país. ■

Vitor Silva, em Luanda

A televisão e a rádio oficiais de Angola e a RTC portuguesa estão a caminho da criação de uma «joint-venture» para a produção de programas e a comercialização de publicidade naquele país africano. Segundo o vice-ministro da Informação de Angola, Aldemiro Vaz da Conceição, o projecto já está ultimado e da próxima visita de uma delegação da RTC a Luanda poderá resultar a sua concretização.

Isto decorre de um processo que tem dois factores positivos importantíssimos: por um lado as boas relações de cooperação que a RTP tem mantido com os países africanos de expressão portuguesa e, por outro lado, nas transformações por que estão a passar aqueles países e, muito em especial, Angola.

Segundo o vice-ministro da Informação de Angola disse a «O Jornal», «o Estado está a retirar-se também da área da informação». Até aqui — acrescentou — ainda detém o monopólio da informação, embora a Lei de Imprensa preveja já a criação de jornais independentes. Mas não existe ainda nenhum jornal independente, e isso, até, porque temos ali um problema de falta de um parque gráfico que o permita. Existem, porém, vários projectos, alguns até de associação entre empresários angolanos e portugueses. A Lei de Imprensa adoptada em Angola permite a participação estrangeira no capital dos órgãos de informação até ao limite máximo de trinta por cento.

«Por outro lado — continuou o dirigente angolano — Angola acabou também com o monopólio do Estado no domínio da rádio, pois o governo aprovou já uma lei que permite o licenciamento de rádios comerciais.

E neste momento podemos informar que a emissora Católica já tem existência jurídica, pois vai ser devolvida aos anteriores proprietários, a Igreja Católica de Angola, que dispõem de um alvará anterior que lhes permite iniciar as emissões logo que tenham a emissora na sua posse.»

Os projectos na área da televisão

Quanto à televisão, o dirigente angolano pensa que, sobretudo devido aos inves-

timentos necessários, estará fora de causa por agora a sua privatização em Angola. No entanto, põe grandes esperanças na cooperação com Portugal e, em especial, no projecto de criação de uma empresa angolana, semelhante à RTC, formada com esta em regime de «joint-venture», que, no caso do seu país, abarque por um lado não só a área da comercialização mas também a da produção e, por outro, não só a televisão mas também a rádio.

Por sua vez, o presidente do Conselho de Administração da RTC, João David Nunes, confirmou a «O Jornal» a existência daquele projecto, a que, disse-nos, RTC emprestará o seu "lux-hou", as suas ligações internacionais e as suas capacidades de grande empresa que é para, em conjunto com os seus parceiros em Angola, poder desenvolver uma empresa que será semelhante à RTC, mas que terá uma configuração própria atendendo à especificidade do país onde se vai instalar. «É que a RTC em África, nos países em que vier a instalar-se, funcionará sempre virada para o próprio país onde estiver a actuar». E João David Nunes ainda acrescentou: «A prioridade agora é com Angola. Mas já temos contactos com Moçambique e com a Guiné. E, recentemente, tivemos também um contacto vindo de São Tomé.»

Um instituto médio de formação em Luanda

Falando-nos da cooperação que Angola tem tido por parte das autoridades portuguesas para o desenvolvimento dos seus meios de comunicação e que, segundo disse, tem sido inextinguível, o vice-ministro da Informação de Angola informou-nos também de que está em projecto a criação, com o apoio de Portugal, de um Instituto Médio de Formação em Comunicação Social, que viria a funcionar em Luanda e que, eventualmente, poderia vir a ser utilizado pelos outros países africanos de expressão portuguesa. Segundo o vice-ministro, há até já a hipótese da doação de algum material técnico adequado e da criação de condições para o apoio didáctico necessário a uma primeira fase de actividade.

Plátano lança dicionário

A uma realização da Plátano Editora, e sob a direcção científica do Prof. Manuel Ferreira, vai ser editado proximamente um Grande Dicionário das Literaturas Africanas de Língua Portuguesa, com o objectivo de descrever, analisar e interpretar globalmente, esse imenso «corpus» literário africano, cujo nascimento ocorreu em meados do século XIX.

Obra que já faltava na panóplia dos instrumentos de consulta para os estudiosos dos fenómenos da expansão e papel da língua portuguesa no mundo, tem a sua razão de ser em realidades que o próprio director científico da mesma assim sintetiza:

«Hoje, as literaturas africanas são ensinadas em todas as Faculdades de Letras da Universidade Portuguesa; incluídas, ainda que modestamente, nos programas do ensino secundário; discutidas e divulgadas em seminários, conferências, encontros nacionais ou estrangeiros, colóquios, recitais; com frequência são objecto de crítica literária em revistas e jornais,

e comentadas, noticiadas ou referidas nos órgãos de comunicação social portugueses, ainda que nem sempre com a amplitude que seria para desejar; pretexo e fundamento para a realização de teses de mestrado ou doutoramento, tomando-se objecto de estudo nos leitorados de português disseminados pela Europa e outras partes do mundo. Enfim, a sua presença e prestígio dilatam-se por muitos e variados países.»

Segundo ainda o Prof. Manuel Ferreira, o Grande Dicionário, já em fase adiantada de preparação e que deverá ter a sua saída no início do próximo ano, «é orientado para a descrição de temas, termos, conceitos, localidades, e, tanto quanto possível, além da literatura, ter-se-ão em conta outros ramos de ciências humanas e sociais, tais como a história, a antropologia, a sociologia, o jornalismo, etc.».

No momento em que os cinco países africanos de

expressão portuguesa enfrentam, cada um a seu modo, novos horizontes históricos e sociais, alguns deles marcados ainda pela fase rudimentar de afirmação da sua individualidade como nação, parece-nos da maior importância esta forma de revelar uma literatura e uma escrita, mesmo que não literária, que, utilizando uma língua tomada como oficial esta pode ser, e está a provar poder sê-lo, o seu maior instrumento de coesão interna.

Como já se disse, a direcção científica da obra que a Plátano Editora vai publicar num volume ilustrado de grande formato e cuidada apresentação gráfica, está a cargo do Prof. Manuel Ferreira, cujo papel como divulgador e estudioso do fenómeno literário africano de língua portuguesa é por de mais conhecido, sendo nessa tarefa coadjuvado pela Dra. Ana Maria Martinho Mão-de-Ferro. Colaboram ainda na importante obra cerca de oitenta especialistas ou estudiosos dos vários aspectos e temas que a mesma contempla.

O JORNAL Sexta-feira, 14 de Fevereiro de 1992

Portugal e Unesco em Angola

A Unesco e Portugal decidiram enviar uma missão a Angola, de 9 a 22 de Fevereiro, com o objectivo de pôr em prática o programa educacional a favor das crianças angolanas vítimas da guerra civil.

A missão deslocar-se-á a Luanda para estudar o modo de implantação do programa, segundo as decisões da reunião recente, realizada em Paris, entre Frederico Mayor, director-geral da Unesco, e José Manuel Briosa e Gala, secretário de Estado adjunto do ministro da Educação português. O programa foi proposto em Maio do ano passado pelo então ministro da Educação, Roberto Carneiro.

Os especialistas da Unesco e os delegados do Governo português encontrar-se-ão com as autoridades locais, com delegados

da Unicef, da Organização Mundial de Saúde e com o Alto Comissariado para os Refugiados.

O Governo português desbloqueou cerca de 28 mil contos para a fase de arranque do projecto.

No entanto, espera-se que outros países e entidades se possam juntar à iniciativa, cujo custo total deverá atingir 2,8 milhões de contos. O programa visa a reintegração social através da educação e destinar-se às crianças deslocadas pela guerra, aos refugiados que perderam o contacto com língua portuguesa, aos órfãos e mutilados, e às crianças de rua e abandonadas que desconhecem o paradeiro dos pais. Calcula-se em mais de meio milhão de crianças, entre os seis e os 14 anos, o número de crianças vítimas dos 16 anos de guerra civil.

PUBLICO 15 FEVEREIRO 1992

ELEIÇÕES ANGOLANAS — O Governo angolano e a UNITA acordaram ontem que a Assembleia Nacional a eleger em Setembro terá 223 deputados, segundo um sistema proporcional corrigido por "uma representação mínima obrigatória". Foi ainda acordado que as legislativas e as presidenciais se realizarão simultaneamente. Os angolanos do exterior terão também uma "quota mínima" de deputados. A data das eleições será fixada pelo Presidente Eduardo dos Santos.

O JORNAL 14 de Fevereiro de 1992

CP em Angola

Um consórcio coordenado pela CP estudará a reabilitação de emergência dos caminhos de ferro e portos angolanos, num programa mínimo de três milhões de contos a prazo de dois anos.

O JORNAL 14 de Fevereiro de 1992

Banco de Portugal em Angola

Os bancos de Portugal, Nacional de Angola e a Companhia de Seguros de Crédito assinaram convenções de cerca de 700 milhões de dólares (95,9 milhões de contos) e anunciaram a abertura em Angola da primeira delegação no estrangeiro do banco central português.

O JORNAL Sexta-feira, 14 de Fevereiro de 1992

Papa, uma semana em Angola

Luanda, Huambo, Lubango e Cabinda são as principais dioceses de Angola que João Paulo II visitará na primeira semana de Junho, quando ali se deslocar pela primeira vez.

Nesta viagem, o Papa visitará também a diocese de S. Tomé e Príncipe, membro, como província eclesiástica, da Conferência Episcopal de Angola. João Paulo II estará de novo (a oitava vez, no continente africano a partir do próximo dia 19, com visita pastoral ao Senegal, Gâmbia e Guiné-Conacri.

'Grupo dos 121' vítima de coacções

OS AUTORES da «Carta dos 121» — dissidentes do PAIGC que após terem rompido com a organização liderada pelo Presidente «Nino» Vieira estão a ser vítimas de coacções económicas — mostram-se divididos sobre a transformação do grupo num partido político.

Depois de ver liquidadas no V Congresso do PAIGC, em Dezembro passado, quaisquer hipóteses de entendimento com «Nino» Vieira, o grupo decidiu dissolver-se enquanto sensibilidade organizada e abandonar o PAIGC, considerando esgotadas as possibilidades de reformá-lo.

Mas o Grupo dos 121 está dividido ao meio sobre o caminho a seguir. Uma parte propõe a transformação imediata em partido, para disputar as eleições previstas para o fim do ano, e a outra acha esse passo prematuro e quer, para já, formar um movimento capaz de testar no terreno a viabilidade de mais tarde se constituir em partido.

O grupo reformador adquiriu notoriedade em Julho de 1991, quando entregou uma carta a «Nino» Vieira onde tecia fortes críticas à direcção do PAIGC e ao Governo e exigia mais eficácia governativa, uma democracia pluralista e uma economia de mercado. Pretendia, contudo, evitar a ruptura com o Presidente. A «Carta dos 121» foi assinada pelo ministro da Economia e Finanças, Manuel dos Santos, pelos secretários de Estado da Informação, Agnelo Regalla, da Saúde, Celestino Costa, e do Comércio, Mário Ribeiro, além de vários directores-gerais e outros quadros importantes.

O grupo viu os seus membros afastados da direcção do PAIGC e impedidos de participar no V Congresso, onde «Nino» Vieira fez um ataque frontal às suas propostas e acusações pessoais aos dissidentes. Após o congresso, os subscritores da Carta foram demitidos dos seus cargos, não foram reintegrados nos empregos de origem e têm os salários em atraso. Só foram poupados os poucos que se reaproximaram de «Nino». Ressalva-se o caso de Manuel dos Santos, que se manteve no cargo, por ser considerado o único membro do Governo capaz de ser escutado pelo Banco Mundial, cada vez menos disposto a salvar o país da asfixia económica.

Ruína económica

O Banco Mundial surgiu na cena guineense em meados dos anos 80, após Bissau ter pedido ajuda para evitar a falência do país. Muitos dos projectos industriais iniciados após a independência, em 1974, no-

meadamente uma fábrica de automóveis, o complexo agro-industrial de Cumeré, de industrialização do óleo de amendoim, ou uma fábrica de plásticos — dimensionada para satisfazer dois terços do consumo de toda a África — nunca tinham chegado a funcionar, e os outros entraram em falência.

O comércio, incluindo a exportação e importação, era monopólio da empresa pública Armazéns do Povo, que devido à má gestão e ao favoritismo dilapidou as reservas de divisas e desorganizou os circuitos internos de comercialização. Em 1985, cerca de 85 por cento dos camponeses, já que o mercado oficial nada tinha para lhes fornecer, deixaram de produzir para o mercado e regressaram para economia de subsistência. O mercado passou assim a restringir-se aos centros urbanos. Por outro lado, sem dinheiro para importar petróleo, não havia electricidade, e Bissau viu ruir os iniciais sonhos de industrialização e modernização.

O Banco Mundial e o FMI passaram então a orientar a ajuda económica à Guiné-Bissau, associados a diversos organismos internacionais. Talvez por isso, o habitual pacote foi amenizado por medidas sociais de apoio à população.

A liberalização iniciou-se pelo comércio, mas o Governo beneficiou amigos e parentes. O Banco Nacional da Guiné concedeu empréstimos aos Armazéns do Povo, que os transferiu para particulares, mediante «bilhetes» de membros do Governo. Os particulares levantavam dinheiro ou bens que vendiam e não pagavam. Os débitos tornaram-se incobráveis, e ocorreu a falência financeira e técnica da empresa pública de comércio. E sem que fosse essa a intenção, isto acabou por criar uma classe de comerciantes privados.

Quando chegaram as privatizações, o Banco Mundial exigiu a centralização do processo no Ministério das Finanças, com a assessoria de uma empresa portuguesa.

Mais tarde os ministros decidiram dirigir pessoalmente a privatização das empresas ligadas aos seus ministérios. Para o Banco Mundial não havia garantias de transparência e fez uma espécie de ultimato, recusado pelo Governo.

O Banco Mundial começou então a retirar-se da Guiné-Bissau, e atrás dele estão a ir os outros organismos internacionais. O país está de novo ameaçado de sofrer uma regressão económica idêntica à verificada na década de 80. Se se mantiver a actual tendência, o Banco Mundial pode vir a abandonar a Guiné como um caso perdido.

O JORNAL

14 de Fevereiro de 1992

Soares da Costa em Bissau

A empresa de construção civil Soares da Costa e o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) assinaram, em Bissau, um contrato para a construção da futura sede daquele organismo, no valor de 925 mil contos. O empreendimento integra dois blocos de cinco andares e outros dois de três andares, ocupará uma área superior a 1 500 metros quadrados e situar-se-á num baldio, no centro de Bissau.

Problemas dos guineenses na CML

O SECRETÁRIO de Estado dos Negócios Estrangeiros da Guiné-Bissau, Marcelino Lima, encontrou-se ontem com o vereador da Acção Social da Câmara de Lisboa para lhe manifestar as suas preocupações quanto às condições precárias em que vive grande parte da comunidade guineense radicada na capital portuguesa.

No encontro que teve com o vereador José Luís Seixas, o diplomata manifestou o empenho do seu Governo em ver legalizada a situação dos milhares de guineenses que vivem irregularmente em Portugal. A necessidade de organizar o recenseamento dessa população com vista às próximas eleições legislativas e presidenciais previstas para a Guiné foi também um dos temas discutidos.

Marcelino Mesquita discutiu ainda os problemas causados pela onda de racismo e xenofobia que se verifica na Europa.

Estimativas não-oficiais apontam para cerca de dez mil o número de guineenses residentes em Portugal, admitindo-se que 30 a 40 por cento esteja em situação de clandestinidade. ■

O JORNAL

14 de Fevereiro de 1992

Império em Cabo Verde

A Império prepara-se para concorrer à privatização da empresa estatal caboverdiana Garantia, do sector de seguros. Este será um dos objectivos da Impar, representante da seguradora portuguesa em Cabo Verde, cujo capital social inicial é de 200 mil contos caboverdianos (cerca de 400 mil contos portugueses).

Barroso recebe amen em Roma

Lurdes Feio
e Manuela Paixão
Roma

Durão Barroso regressou de Itália, ao fim da tarde de ontem (quinta-feira), trazendo consigo a bênção do Papa João Paulo II e do governo italiano para a participação oficial portuguesa no processo de paz em Moçambique. Foi a vitória diplomática esperada por Cavaco Silva, após vários meses de contactos secretos promovidos por Lisboa nos bastidores das negociações.

João Paulo II recebeu em privado o secretário de Estado português dos Negócios Estrangeiros, na tarde de ontem (quinta-feira), na sua biblioteca pessoal, no Vaticano. Dialogando em português, o Suo Pontífice abordou com Durão Barroso aspectos da situação em Angola, país que visitará em Junho, e o processo de paz em Moçambique, cuja mediação decorre desde há 18 meses, sob a égide da Comunidade de Santo Egídeo e do próprio governo italiano.

Esta viagem de 36 horas, iniciada pelo secretário de Estado português dos Negócios Estrangeiros na madrugada de terça-feira, visou sobretudo formalizar aos olhos da opinião pública internacional, aquilo que já havia sido decidido durante a recente visita de Durão Barroso a Maputo, quando o presidente Joaquim Chissano admitiu publicamente o seu desejo de ver Portugal intervir directamente nas negociações.

Receios italianos

As resistências que ainda existiam por parte dos mediadores oficiais em aceitarem uma participação portuguesa que fizesse perigar o protagonismo da Itália e do Vaticano no processo moçambicano acabaram por ser ultrapassadas no momento em que Chissano deu o seu acordo a Durão Barroso. O líder da Renamo, Afonso Dhlakama, havia já apelado à ajuda de Portugal. Apenas faltava o convite formal da Frelimo para que o Governo de Cavaco Silva pudesse avançar.

Fontes diplomáticas portuguesas admitiam, desde há meses, o mal-estar existente entre os italianos perante uma hipotética intervenção de Lisboa, por recearem que o êxito obtido por Durão Barroso no Acordo de Paz para Angola levasse os beligerantes moçambicanos a transferirem a mediação de Roma para Lisboa. A Renamo e sobretudo a Frelimo foram sensíveis a es-

tes receios, o que levou ao adiamento de uma tomada de posição sobre o assunto.

Mas a incapacidade demonstrada pelos actuais mediadores para alcançarem sozinho um cessar-fogo em Moçambique e os sucessivos contactos secretos mantidos entre representantes do Governo português e da Frelimo e da Renamo já apontavam para o envolvimento de Lisboa. Faltava, apenas, arranjar uma plataforma que possibilitasse essa intervenção sem melindrar demasiado a mediação italiana. Iniciativas diplomáticas desenvolvidas por outros países, designadamente os EUA, também contribuíram para que se encontrasse uma solução satisfatória.

Mediação partilhada

A estadia em Roma de Durão Barroso permitiu ao ministro dos Negócios Estrangeiros italiano, Gianni de Michelis, e ao seu representante directo na mediação oficial, Mário Rafaelli, anunciarem publicamente o seu acordo para a colaboração portuguesa no processo e, naturalmente, acertarem aspectos estratégicos dessa colaboração, tais como a oportunidade e a metodologia a adoptar.

O próprio Gianni de Michelis admitiu que «não só o governo italiano não tem objecções à participação portuguesa, como também está pronto a aumentar o nível desta participação», deixando assim aberta a possibilidade de Portugal vir a exercer uma espécie de mediação partilhada com a Itália. Contudo, o contributo de Lisboa foi anunciado só para a fase das negociações de carácter militar.

Isso não impediu Durão Barroso de admitir que, «a exemplo do que os EUA já fizeram nestes últimos tempos», Portugal poderá enviar para Roma uma delegação para acompanhar as negociações políticas. O secretário de Estado português sugeriu mesmo o envio de pessoas que participaram no processo de paz em Angola, «porque do que eu vi e conheço, os acordos e a sua redacção são muito semelhantes».

Em termos formais, o contributo do Governo português será dado em conjunto com outros parceiros, como os EUA, alguns países da África Austral e a França e Inglaterra, na sua qualidade de garantes internacionais dos acordos. No entanto, ficou claro das declarações prestadas em Roma que o papel de Portugal será, na prática, o de co-mediador no que respeita ao cessar-fogo e, sobretudo, à formação do fu-

turo exército único moçambicano. Neste último capítulo, aliás, é muito provável que venha a ser adoptado um exército de inspiração portuguesa, à semelhança do que aconteceu em Angola.

Embora esforçando-se por não melindrar os italianos e reiterando, até, o total respeito pelo seu papel de mediadores oficiais, Cavaco Silva deixara implícito que só participaria no processo se pudesse fazê-lo de forma activa e com real poder de influência. Resta saber como é que os governantes portugueses vão conciliar o seu actual estatuto de meros colaboradores formais, com o desejo óbvio de aparecerem, no final, como autores principais da paz.

EXPRESSO
15 DE FEVEREIRO
1992

ser tutelado pela Frelimo. Entre os membros da Mediacoop contam-se o correspondente do EXPRESSO em Maputo, Fernando Lima, o antigo director da Agência noticiosa AIM, Carlos Cardoso, e o fotógrafo Kok Nam.

Não houve ainda qualquer reacção oficial à criação do primeiro grupo privado na área da comunicação social. Contudo, um dos elementos da cooperativa foi

Jornalistas lançam semanário em Maputo

ESTÁ em preparação o primeiro jornal independente a ser publicado em Moçambique após 1975. Trata-se de uma iniciativa da Mediacoop, uma cooperativa de profissionais da informação constituída em Maputo para intervir na área da Imprensa, Rádio, Vídeo, Fotografia e Consultoria. O jornal semanário designar-se-á «Savana» e destina-se a servir o grande público com o que os seus membros designam por «jornalismo agressivo e profissionalizado».

A iniciativa da Mediacoop é conotada com o sector mais crítico da informação moçambicana largamente dominada pelo sector estatizado. Um número significativo de elementos da cooperativa integraram a lista independente do sindicato dos jornalistas moçambicanos que desde o ano passado deixou de

ameaçado com um processo disciplinar na televisão governamental, estando a ser considerada a hipótese de acções intimidatórias semelhantes serem aplicadas a outros elementos que continuam a trabalhar no sector estatal.

A liberdade de Imprensa está consignada na Constituição de Moçambique aprovada em 1990, mas tem sido habitualmente um dos focos de tensão entre as autoridades locais e os jornalistas.

PUBLICO — SÁBADO, 15 FEVEREIRO 1992

UM CAPITÃO moçambicano, Muzamilo Cassimo (à esquerda), suspenso de procurador no Tribunal Militar da província de Nampula, foi ontem impedido por três homens à civil (que se presume serem dos serviços secretos militares) de proferir uma palestra na sede da Organização Nacional dos Jornalistas, em Maputo. Cassimo, que recentemente fizera denúncias sobre ilegalidades, suborno e corrupção na hierarquia militar destacada no Norte do país, foi depois levado para uma viatura da polícia militar chamada ao local pelos civis que o tinham abordado e perguntado se possuía autorização para falar em público. Antes, porém, e perante as máquinas dos fotógrafos, retirara da pasta um exemplar da Constituição, agitaria-o e dissera: "Sou um homem livre, não temo ninguém." Proseguiu assim uma história iniciada no mês passado, quando em Nampula o capitão denunciou casos de corrupção (que envolviam o próprio comandante militar provincial, tenente-coronel Lourenço Baptista) e oficiais de mais elevada patente sugeriram que fosse submetido a tratamento psiquiátrico. O assunto, contudo, não conseguiu ser abafado porque Muzamilo contactou os jornalistas e o governador de Nampula, Alfredo Gamito, conhecido por uma postura intransigente contra todo o tipo de ilegalidades. Veio depois para a capital, onde fez entrega ao procurador-geral da República de um extenso relatório sobre todas as suas alegações e solicitou uma audiência ao Presidente Joaquim Chissano. Esta é a primeira vez que se denunciaram em público casos de corrupção nas Forças Armadas de Moçambique, com nomes e questões concretas.

Portugal participa na próxima fase das negociações moçambicanas

A fase decisiva

PÚBLICO

Vera Gonçalves*
em Roma

O processo de paz em Moçambique entrou ontem numa nova fase, com o anúncio da participação de Portugal e outros países nas negociações em curso. Portugal e Itália assumirão o estatuto de observadores oficiais logo que as conversações entrarem na análise das questões militares, anunciaram ontem em Roma, o ministro italiano dos Estrangeiros, Gianni De Michelis, e o secretário de Estado dos Negócios Estrangeiros e Cooperação, Durão Barroso.

Este reforço da "internacionalização" do processo poderá também incluir, em estatutos diversos, outros países, designadamente os Estados Unidos, já largamente envolvidos, e os Estados vizinhos, como a África do Sul, o Malawi e o Zimbábue. E fontes diplomáticas em Roma admitem ainda o interesse da França e da Grã-Bretanha em acompanharem o processo de paz na medida em que contribuem para a ajuda económica a Moçambique.

O pedido de participação portuguesa havia sido feito pelo Governo moçambicano e pela Renamo, mas Lisboa tinha condicionado a sua resposta a um acordo formal da mediação italiana. O encontro de meia-hora entre os dois diplomatas, serviu justamente para "obtermos a opinião da Itália", afirmou Durão Barroso na conferência de imprensa que se seguiu ao encontro.

De Michelis observou que o seu Governo não só não tem objecções à participação portuguesa como está disposto a elevar o nível da sua própria participação. A presença italiana tem tido um estatuto "oficioso" nesta fase preliminar.

O desbloqueamento do impasse

Durão Barroso encontrou-se também com o mediador italiano, o deputado Mario Raffaelli, a fim de discutir o momento e as modalidades da participação portuguesa. Ao fim da tarde reuniu-se separadamente com as duas delegações moçambicanas. Antes de deixar Roma, o secretário de Estado português terá ainda um encontro final com Raffaelli e com D.

Matteo Zuppi, da Comunidade de Santo Egidio onde decorrem as conversações. Será depois recebido pelo Papa.

As conversações desta décima ronda negocial, interrompidas desde sexta-feira, recomeçaram ontem de manhã com um encontro entre Armando Guebuza, chefe da delegação governamental, e Raul Domingos, chefe da delegação da Renamo (ver entrevistas, ao lado). Esta retomada dos trabalhos foi precedida de uma diligência norte-americana. Nos últimos dias, o subsecretário adjunto para os Assuntos Africanos, Jeffrey Davidow, encontrou-se sucessivamente com os Presidentes de Moçambique e do Zimbábue e com Afonso Dhlakama, líder da Renamo, pressionando-os a desbloquear o impasse que se tem registado em Roma.

Os primeiros contactos entre as duas partes ocorreram em Roma em Julho de 1990, por iniciativa da Comunidade de Santo Egidio e do Bispo da Beira. Em Outubro de 1991, foi assinado um primeiro protocolo de acordo sobre princípios e, um mês mais tarde, um segundo sobre a legalização dos partidos políticos.

As actuais divergências estão centradas no problema da revisão constitucional e da lei eleitoral. Em relação a este impasse, Durão Barroso procurou desdramatizar a situação, dizendo esperar que a questão constitucional seja resolvida rapidamente, com base numa "fórmula de compromisso".

A uma pergunta do PÚBLICO, sobre se era o risco de as negociações falharem que exigia a participação de mais países, respondeu: "De forma nenhuma. É justamente porque as conversações avançaram bastante que agora estamos a pensar já na próxima fase. Insisto que tem havido grandes progressos".

E acentuou a necessidade de tempo. "Este é um processo necessariamente longo, e até se comparado a outros processos, por exemplo o da Namíbia, que durou 15 anos, este está a ir muito bem".

Estas opiniões foram corroboradas por declarações de Mario Raffaelli à France Presse. O mediador italiano considera que há "acordo quase total" em relação à lei eleitoral, com a adopção do sistema proporcional nas eleições legislativas e do maioritário nas presidenciais. O que falta determinar é "o papel da assembleia eleita" em matéria constitucional. Quan-

do for assinado o protocolo sobre estes pontos "entraremos propriamente nas negociações do cessar-fogo", disse.

O momento da intervenção portuguesa depende assim da conclusão da actual fase das conversações e da abertura do ponto relativo ao cessar-fogo e problemas militares, em que ambas as partes parecem considerar decisivo o papel de Portugal após a experiência de Angola. À pergunta se, dada a sua experiência angolana, ele iria ser o representante português nas negociações moçambicanas, Durão Barroso respondeu evasivamente: "É um assunto para ser considerado mais tarde, não posso dar nenhuma resposta nesse sentido." ■

*com Lusa e AFP

PÚBLICO
SEXTA-FEIRA, 14 FEVEREIRO 1992

Antes de participar como observador oficial

Portugal forma equipa para negociações moçambicanas

Vera Gonçalves* em Roma

O Governo português vai formar uma equipa que acompanhará, em Roma, as negociações entre a Frelimo e a Renamo com vista à obtenção da paz em Moçambique. Este grupo entrará em funções antes de Portugal intervir formalmente no processo negocial como observador oficial ao lado da Itália.

A equipa será formada, ao mais alto nível, logo que Durão Barroso dê conhecimento ao primeiro-ministro, Cavaco Silva, e ao ministro dos Negócios Estrangeiros, Deus Pinheiro, das conclusões dos encontros por si mantidos com os mediadores italianos e com as delegações da Frelimo e da Renamo.

Esta decisão foi ontem garantida pelo próprio secretário de Estado dos Negócios Estrangeiros e da Cooperação, Durão Barroso, antes de regressar a Lisboa, no final da audiência que manteve com o Papa João Paulo II. Neste encontro — "a sós e em português" —, Durão Barroso abordou as situações de Angola, de Moçambique e de Timor-Leste. O secretário de Es-

tado português não quis revelar à comunicação social pormenores da conversa com João Paulo II, limitando-se a frisar a importância da Igreja católica no processo de paz angolano e a classificar como "contributo muito importante" a visita que o papa fará aquele país entre 4 e 10 de Junho. Por seu lado, fontes do Vaticano informaram que não seria prudente da parte da Santa Sé tomar qualquer posição, neste momento, sobre o caso de Timor-Leste.

Referindo-se a Moçambique, Durão Barroso falou do interesse demonstrado pelo Vaticano e referiu a "longa conversa extremamente útil" que manteve com o secretário de Estado do Vaticano, D. Claudio Celli, no final da audiência papal.

Antes de ser recebido por João Paulo II, Durão Barroso tomou o pequeno-almoço com o representante do Governo italiano nas negociações moçambicanas, Mario Raffaelli, e com D. Matteo Zuppi membro da comunidade católica de Santo Egidio.

No final, tanto Mário Raffaelli como D. Matteo Zuppi reafirmaram a entrada de Portugal na mesa de negociações assim que se chegar à segunda fase, ou seja, à discussão do cessar-fogo. Ambos os mediadores italianos, garantiram igualmente que a passagem às conversações sobre o cessar-fogo dependem apenas do "belecimento de consensos" entre a Frelimo e a Renamo sobre a lei eleitoral e a futura Constituição moçambicana.

A entrada de Portugal como observador oficial — que deverá ser acompanhada, em graus diferentes, pela dos Estados Unidos, Inglaterra, França

e de países vizinhos de Moçambique como a África do Sul, o Malawi e o Zimbábue — poderá não se concretizar a curto prazo. Essa a opinião que transpareceu das afirmações de Durão Barroso, no final dos encontros separados que manteve, quarta-feira à noite, com representantes da Frelimo e da Renamo. Durão Barroso considerou, então, que ambas as partes permanecem firmes nas suas posições e ainda pouco dispostas a ceder. Mas, ontem, à saída do Palácio do Vaticano, Durão Barroso admitiu que algumas questões políticas poderão ficar em aberto, de modo a que se possa avançar rapidamente para o cessar-fogo. ■

*com Lusa e Reuter

Moçambique: políticas para o pós-guerra

CONCLUIMOS a primeira parte do artigo anterior referindo a necessidade de aproveitar as divisões de paz para lançar, ou, pelo menos, preparar, políticas para o desenvolvimento económico e social por um período prolongado, no seio de 20 anos, sob várias formas para apoiar o actual grau de pobreza e a grande carência de infra-estruturas.

Precedemos nesta parte final do nosso artigo referir alguns factores que podem contribuir de uma forma decisiva para o lançamento de novas políticas a longo prazo, começando pela política económica e financeira.

O país entrou no quinto ano do programa de ajustamento com o apoio do Fundo Monetário e do FMI. Como não podia deixar de ser, foram aplicadas medidas tradicionais, ainda que com algumas alterações importantes, determinadas pela situação particular de Moçambique. Consequentemente, o pacote de medidas incluiu fortes desvalorizações, políticas monetárias e fiscal restritivas, liberalização do comércio e de preços, entre outras. Embora se esteja a fazer um balanço do programa de ajustamento seguido, uma vez que não existem análises críticas das políticas adoptadas e das eventuais erros cometidos, a opção por uma economia de mercado foi e continua a ser absolutamente correcta. Por-

As despesas públicas representam no caso particular de Moçambique entre 50 a 60 por cento do PIB e cerca de 40 por cento do Orçamento do Estado é financiado pela ajuda externa. A dependência das despesas públicas, como percentagem do PIB, é sobretudo a sua estrutura não discutível.

Contudo, qualquer política que envolva cortes substanciais de gastos ou dividendos deve ter em conta o facto de os gastos públicos serem extremamente baixos. Por exemplo, na educação as despesas per capita são de 10 a 15 dólares, quando o próprio Banco Mundial considerava 50 dólares como mínimo de qualidade.

Os 10 a 15 dólares destinados na educação pública per capita significam que Moçambique, durante a guerra, onde as despesas públicas são superiores em dez vezes ao volume adicional de crédito disponibilizado anualmente pelo sistema bancário, indiscutivelmente o futuro económico e social de Moçambique depende mais das políticas que foram adoptadas no campo fiscal — incluindo-se aí a estrutura das despesas públicas, políticas de impostos, estímulos ao sector privado, apoio ao empreendimento nacional através de fundos especiais — do que ao rigor monetário.

doira, o desvio pela estabilidade política e social e a estabilidade da reconstrução nacional não vão permitir cortes no volume de despesas públicas, e, apesar da ajuda externa, Moçambique não escapa a algumas novas tentativas de estabelecer problemas de financiamento. Com efeito, são gastos, no caso particular de Moçambique, mais de 150 milhões de dólares em assistência técnica — os salários de 3.000 técnicos estrangeiros representam o dobro do fundo de manutenção da função pública que tem de pagar — e mais de 100.000 funcionários.

A comunidade devedora sempre recusa analisar o problema de reforço de capacidade nacional numa perspectiva global, incluindo o apoio a quadros nacionais e ao muito recentemente adoptado de forma tímida admitir a possibilidade de apoiar os quadros superiores da função pública.

Depolitizar a Administração
O apoio aos quadros nacionais e superiores da função pública cria de facto maiores disparidades salariais e muito possivelmente dá origem a elites. Mas poderá o país criar um Estado moderno sem uma elite de profissionais? E qual alternativa a uma administração gerida por elites de profissionais? Uma administração de burocratas que trava todo o tipo de iniciativas, pois

tem medo de perder o poder discriminatório de decidir que lhe traz vantagem.

Estão em Moçambique a maioria das instituições nacionais e iniciativas foram lançadas para evitar a saída de quadros de administração pública. Contudo, a prática revela que estas medidas são insuficientes para fazer face à concorrência do sector privado e à instabilidade política que se vive no país. Qualquer medida adicional obtemperar de um consenso entre os partidos políticos para a profissionalização da administração pública, o que implica também a sua depolitização.

O fortalecimento ou evitar um enfraquecimento ainda maior da administração pública não significa impedir o crescimento do sector privado nacional ou mesmo estrangeiro, pelo contrário, estes não poderão operar e investir no país (em vez de transferir para fora do país quase todos os lucros) se as regras e respetivas regras intervenientes, incluindo o Estado.

E fantasia pensar que a maioria das instituições e quadros superiores de algumas funções especializadas para o sector privado — como por exemplo o ensino privado — formas exaustiva e rigorosa. Engratado o modelo de liderança da sociedade pela aliança operária-camponesa, Moçambique. O Estado não pode desistir de suas res-ponsabilidades básicas como

principal da governação da sociedade. Todos os partidos apresentam o mesmo tipo de programa económico — capitalismo liberal, com tropas mais ou menos fortes de nacionalismo, mas nenhuma identificação como representante desta ou daquela classe social. Pelo contrário, todos eles representam o povo. É natural, sobretudo, quando se trata de uma sociedade em grandes movimentos e o contrário seria exigir a identificação de partidos com classes sociais. Contudo, a identificação de partidos com classes sociais não deve criar libelos sobre o poder político, e isso independe da estrutura básica do que vem a ser o poder.

As elites, as organizações privadas, os agricultores, os quadros superiores do Estado e das Empresas Públicas são, de facto, os maiores beneficiários da opção pela economia de mercado. Os privilegiados (que de forma alguma são iguais entre os diferentes grupos sociais) não se justificam se os seus interesses forem capazes de generalizar o aumento da produção material de bens e serviços para que a distribuição de rendimento, ou seja, a parte que vai para os salários de quadros superiores e para os lucros, não represente uma fração muito maior de um bolo cada vez mais pequeno.

Finalmente, uma referência a um factor polémico, a saber, que sob pena de serem as susceptibilidades e os interesses para o mesmo a nível de sectores sociais, pois basta o exemplo das alfândegas, cujo funcionamento adequado para o controlo de mercadorias é determinante para o desenvolvimento da indústria nacional, para concluímos que a sua necessidade se manifesta a todos os níveis.

Disparidade de rendimentos
Finalmente, uma referência a um factor polémico, a saber, que sob pena de serem as susceptibilidades e os interesses para o mesmo a nível de sectores sociais, pois basta o exemplo das alfândegas, cujo funcionamento adequado para o controlo de mercadorias é determinante para o desenvolvimento da indústria nacional, para concluímos que a sua necessidade se manifesta a todos os níveis.

termo de poder e de decisão política e social e a estabilidade da reconstrução nacional não vão permitir cortes no volume de despesas públicas, e, apesar da ajuda externa, Moçambique não escapa a algumas novas tentativas de estabelecer problemas de financiamento. Com efeito, são gastos, no caso particular de Moçambique, mais de 150 milhões de dólares em assistência técnica — os salários de 3.000 técnicos estrangeiros representam o dobro do fundo de manutenção da função pública que tem de pagar — e mais de 100.000 funcionários.

A comunidade devedora sempre recusa analisar o problema de reforço de capacidade nacional numa perspectiva global, incluindo o apoio a quadros nacionais e ao muito recentemente adoptado de forma tímida admitir a possibilidade de apoiar os quadros superiores da função pública.

Depolitizar a Administração
O apoio aos quadros nacionais e superiores da função pública cria de facto maiores disparidades salariais e muito possivelmente dá origem a elites. Mas poderá o país criar um Estado moderno sem uma elite de profissionais? E qual alternativa a uma administração gerida por elites de profissionais? Uma administração de burocratas que trava todo o tipo de iniciativas, pois

tem medo de perder o poder discriminatório de decidir que lhe traz vantagem.

Moçambique: que nacionalidade?

A nova nação terá de aceitar toda a mistura de culturas, com feridas abertas ou fechadas

O JORNAL

14 de Fevereiro de 1992

Ilídio Rocha

Desde a independência, em 1975, que Moçambique vem procurando afirmar-se como uma nacionalidade, isto é, e no dizer do dicionarista, como um «agrupamento de indivíduos que têm a mesma origem ou, pelo menos, uma história e tradições comuns». É claro que, tal como sucedeu em Portugal nos seus primórdios, e como lembra Heráclito, após a libertação do jugo — no caso ismaelita —, as áreas libertadas «não tinham ainda, digamos assim, senão os rudimentos de uma nacionalidade». O problema não é, portanto, nem dali nem de hoje.

E o dilema era, quer queiramos quer não, o mesmo nos dois casos. Tal como em Moçambique (ou na área geográfica a que modernamente nos habituamos a chamar Moçambique e que até já foi maior), o espaço a que se começou chamando Portugal não apresentava em seus fundamentos mais do que o resultado de um velho, espantoso e variado cruzamento de culturas.

Em Portugal, que disso se tenha notícia concreta, de uns bons quinze séculos; de Moçambique, também que se saiba e disso haja notícia e marcas, de uns vinte e cinco ou vinte e seis séculos. E, neste caso, de cruzamentos de culturas talvez mais diversificados e mais espantosos ainda.

Daí que, pensamos, Moçambique só partirá seguro para uma nacionalidade (nação independente, com seus limites próprios e ímpar no concerto das restantes) e para um país (conjunto de indivíduos capaz de constituir nação), se atender, não à cor da maioria das gentes que ora lá vivem, não aos grupos sanguíneos mais frequentes estatisticamente, não ao grupo ou grupos linguísticos ali maioritários, não às religiões predominantes se é que naquela mistura se há, não às etnias tão a cavalo das fronteiras as maiores estão, mas se atender, dizíamos, e neles se apoiar com vista à imprescindível unidade, aos flagrantíssimos e arriscadíssimos resultados dos cruzamentos de culturas que desde o tempo das caravanas que no século VI a.C. ali vinham desde as margens do mar Vermelho em busca de ouro, de prata, de cobre e de escravos. Encontros de cultura que tanto influenciaram as populações locais e de que ali ficaram coisas tão importantes como monumentos (e até anteriores aos famosos

zimbabwes que Moçambique também tem), técnicas de caça e de guerra, de agricultura, de garimpagem, de mineração, de tratamento de minérios, de tecelagem, de cerâmica, de navegação e de pesca. Encontros de cultura que tanto influenciaram as populações locais e de que ali ficaram coisas tão importantes como monumentos (e até anteriores aos famosos zimbabwes que Moçambique também tem), técnicas de caça e de guerra, de agricultura, de garimpagem, de mineração, de tratamento de minérios, de tecelagem, de cerâmica, de navegação e de pesca.

Encontros de cultura que trouxeram aires superiores como a escultura, o canto, a música e uma literatura oral riquíssima, as quais entroncaram, por via dessas mesmas trocas, nos antigos xilofones russos, na escultura egípcia do Alto Nilo, na escultura simbólica chinesa do culto da serpente ou nos mesmos personagens animais dos contos orais do Norte da Europa ou dos contos da Ásia. E que vai depois, ela própria e por direito seu, ajudar com aqueles mesmos xilofones as guitarras espanholas, os cavaquinhos portugueses e os tambores jorubas a criar os ritmos tão alegres do Brasil e de Cuba.

E tudo isto sem falar daquela verdadeira democracia, perfeita como só ela, com os seus parlamentos — os conselhos de ancilos — e os seus meios de comunicação livres até à escala mais alta do ridicularizar do chefe para lhe criticar o erro — os masabos — que povos como os do país chope praticavam.

Encontros de cultura que, modernamente, deixaram entre muitas coisas grandes e pequenas, boas e más, uma língua que pode servir perfeitamente de língua comum, elemento imprescindível ao tal traço de união que faz de um conjunto de indivíduos os nacionais de um país. E, diria mais, porque esse encontro foi o mais recente na história, o mais duradouro no tempo e o mais tolerante enquanto os seus interesses foram apenas os iniciais — e foram-no até há menos de um século — quer dizer, os do negócio e não os da conquista, e porque tudo isto e não é pouco foi assim deixou marcas até nos sentimentos, queiram ou não queiram os xenófobos e os integristas de todos os quadrantes.

Senhor de uma sabedoria herdada (não se sabe como) dos Fenícios, o último desses grandes contactos culturais não pensou noutra coisa,

durante séculos, que não fosse o conviver para poder negociar. Com os grandes da terra antes de tudo, árabes ou negros que eles fossem, pois que só esses grandes tinham meios para as trocas e era a isso que eles iam.

E faziam esses contactos sem pensar, tal como os Fenícios, em conquistar terras, mas tão somente em instalar empórios, como aqueles diziam, e a que estes seus imitadores chamavam de feitorias, presídios ou feiras. E porque negociar implica boas relações com quem pode comprar ou pode vender, eram essas boas relações que culti-

vavam. Defendendo a sua fazenda naturalmente, mas presenteando, brincando, namorando-lhe até as filhas. Um estudo das contribuições linguísticas portuguesas para as línguas africanas fornecer-nos um nunca acabar de exemplos que vão direitinhos aos saguats, aos jogos e ao amor.

Que maior exemplo para essas boas relações que o daquele poderoso rei Nuagobe do século XVIII, senhor de tantas terras ao sul da capital de Moçambique, ali onde os Portugueses iam resgatar marfim e outros produtos entrando com seus barcos pela adentro até ao abrigo da foz do Tembe, e que, sendo um filho predilecto, lhe deu o nome de Maputo, palavra a todos os títulos então privilegiada e que queria dizer, em quase todas as línguas bantas, como recordou ainda há meses um professor de Lovaina, Portugal e, por extensão, a terra dos brancos, ou seja, a Europa. E a esse filho predilecto deu ainda o rei em vida o mor das suas terras que vieram a ter o mesmo nome, tal como o rio junto do qual o Príncipe se instalou e, como todos sabem, antes se chamava Lisuto. E mal saberia esse Príncipe que, por caminhos talvez írvios e obscuros, acabaria seu nome por ser também o da capital da pátria grande a que aqueles que seu pai quis homenagear por seus bons negócios deram fronteiras.

E, já que estamos com a mão nos exemplos, que outro maior para provar que a intenção era então apenas de negócio, que o daquele célebre império de Gaza, fundado já no primeiro quartel do século XIX, na sua maior extensão em terras tidas como dos Portugueses, e que viveu quase sete décadas na boa paz dos belos negócios mútuos?

Não quero com tudo isto, longe disso, defender a colonização portuguesa em Moçambique ou as tropelias que muitos dos seus representant-

es — administrativos, militares, eclesiásticos — por lá fizeram e que, quanto mais modernamente mais se afastavam da moral da sua própria época.

Não. O que eu queria apenas lembrar era isto e que é urgente: das caravanas árabes que remontam ao século VI a.C., das viagens dos mesmos árabes por mar e que poucos séculos depois se iniciaram; dos contactos com os insulares do Pacífico de que ficaram os barcos de flutuador lateral das costas do Norte; da estadia chinesa nos séculos XII e XIV de que ficou também um barco ainda hoje famoso na baía do Maputo, o estarro; das mais tardias migrações de gentes vindas das nascentes do Nilo ou da região dos Lagos e que deram países de culturas tão vincadas como os Macondes e os Chopes; da invasão anage vinda do Sul e que chegou a criar um império: dos assaltos das gentes, também negras, que vinham de Madagascar, dos xecados e sultanatos que chegaram nas costas de Moçambique até aos

finais do século passado, do comércio português primeiro e da sua presença mais efectiva nos últimos três séculos, das gentes que com os portugueses ou por causa deles vieram da Índia; de tudo isso ou por causa de tudo isto, nasceu na África Austral, voltado ao Índico, um espaço povoado que tem todos os fermentos necessários para ser uma nação.

Só que terá de ser aceitando toda aquela mistura, as feridas abertas ou fechadas com ela, a singularidade dos resultados desse encontro e das armas palpáveis que esse encontro trouxe — as fronteiras geográficas que, se pecam, é por defeito, a língua, uma certa maneira de conviver e, até, de entender a família, como também uma forma ímpar de compreender os deuses e os seus símbolos, misturadamente, que esse País (conjunto de cidadãos) e essa Nacionalidade (pátria de cidadãos com afinidades) se pode afirmar como tal. Diferente e, por isso mesmo, também independente.

E escrevo isto hoje, e aqui, porque me parece crítico o momento. E mau será se ele não for aproveitado positivamente. Mas é lá, pelos que de lá são e daquelas influências bem conhecem as marcas, que tudo terá de ser visto e decidido. Sem recurso a modas ou a importações de mensageiros que tantas vezes se perfilam duvidosos. Ou de braço armado sabe-se lá por quem e porquê. Ou, melhor, até se saberá.

O JORNAL Sexta-feira, 14 de Fevereiro de 1992 Portugal segue paz em Moçambique

De visita a Roma, o secretário de Estado dos Negócios Estrangeiros, Durão Barroso, teve reuniões, em separado, com os chefes das duas delegações moçambicanas (governo do Maputo e Renamo), informando-se sobre o andamento do processo negocial e os moldes possíveis da participação portuguesa nas conversações. A semelhança dos EUA, Lisboa poderá enviar uma equipa para acompanhar a ronda actualmente em curso, na capital italiana, onde se discute aquela que é considerada a última questão política, a lei eleitoral. A Renamo é acusada, entretanto, pelo governo do Maputo, de ter morto nove pessoas e ferido três, esta semana, em ataques contra bairros da cidade de Chimoiro, na província de Manica.

EXPRESSO,

15 DE FEVEREIRO DE 1992

«Baixas» na Renamo

MAPUTO — O Governo moçambicano anunciou a morte de 160 homens da Renamo, durante os diversos combates que ao longo do mês de Janeiro se registaram entre as tropas governamentais e as forças rebeldes.

Maputo liberta

PÚBLICO

DOMINGO, 16 FEVEREIRO 1992

O PROCURADOR-GERAL de Moçambique, Eduardo Mulembue, ordenou a libertação do capitão Muzamillo Cassimo, que tinha sido detido pela polícia militar quando se preparava para proferir uma palestra, denunciando casos de corrupção no Exército moçambicano (Ver PÚBLICO de ontem). Libertado sexta-feira, no próprio dia em que foi preso, Cassimo explicou aos jornalistas que o procurador-geral lhe havia prometido fazer um inquérito sobre as acusações de corrupção por ele formuladas.

PÚBLICO

DOMINGO, 16 FEVEREIRO 1992

RENAMO ATACOU ARREDORES DA CIDADE DE BEIRA — O jornal «Notícias» de Maputo revelou ontem que um numeroso grupo de soldados da Renamo atacou quinta-feira passada vários bairros da cidade da Beira, saqueando residências e estabelecimentos comerciais. O correspondente do «Notícias» em Sofala não indicou se houve vítimas mortais, mas salientou que o ataque contra os bairros de Ndunda, Nhaconjo, Mungassa e o aeroporto causou inúmeros prejuízos materiais.

Raul Domingos, chefe da delegação da Renamo “Poderemos ter 70 por cento dos votos”

PÚBLICO — Qual a situação actual das negociações?

RAUL DOMINGOS — As negociações neste momento conhecem algumas dificuldades porque o Governo de Moçambique não está aqui com o objectivo de uma proposta de paz que provoque mudanças substanciais no país. O que eles querem é continuar a manter o monopólio do poder. Os mediadores elaboraram uma proposta a partir dos encontros que houve entre nós e a Frelimo, mas o Governo rejeitou esta proposta e elaborou uma contra-proposta, que recusámos porque eles retiraram alguns pontos que já tinham sido aprovados anteriormente. Este é o actual estado das negociações.

P — Recentemente, durante as negociações de paz, foram registados diversos atentados, nos arredores de Maputo, atribuídos à Renamo. Como se explicam estes atentados?

R — Neste momento ninguém sabe exactamente quem ataca quem, principalmente nos arredores de Maputo. Há uma estratégia do Governo para manipular as informações durante o processo de paz. De dia, os soldados do Governo circulam pelos subúrbios de Maputo, de uniforme e armados. Mas à noite, outros soldados atacam e matam com a cumplicidade daqueles soldados do Governo. Como é que a Renamo pode matar as pessoas se quer os seus votos nas eleições?

P — Um dos pontos que está actualmente a ser debatido aqui em Roma é a futura lei eleitoral do país. Na sua opinião, o futuro sistema eleitoral deveria ser de maioria ou proporcional?

R — Queremos que seja um sistema proporcional para o Parlamento, mas que para ter lugar no Parlamento seja necessário ter mais de 20 por cento dos votos.

P — Não acha que é um índice muito elevado?

R — Isso significa que queremos um Parlamento forte.

P — Mas 20 por cento quer dizer que, como um sistema proporcional implica coligações, o único partido com o qual a Renamo poderá formar uma coligação é a Frelimo. Não me parece que exista hoje um outro partido capaz de obter cerca de 20 por cento de votos.

R — Teremos mais que 20 por cento dos votos, talvez até mesmo cerca de 70 por cento. Queremos apenas um Governo eleito legitimamente.

P — Como é que acredita que Portugal poderá participar no processo de paz, ultrapassada a fase de negociações?

R — A participação de Portugal poderá ser efectiva quando começarmos a discutir questões militares, depois da assinatura do 3º Protocolo. Portugal poderá participar na formação de um exército único, na reestruturação da polícia, na retirada das tropas estrangeiras. Além disso, será importante também, no futuro, a participação de Portugal na formação técnica e académica. Economicamente, acredito que outros países poderão contribuir mais que Portugal. ■

Vera Gonçalves, em Roma

Armando Guebuza

“Resultados positivos”

PÚBLICO — A Renamo atribui os obstáculos destas negociações ao Governo. Quais são os obstáculos actuais e que avanços se conseguiu até agora nas negociações?

ARMANDO EMILIO GUEBUZA — É normal que a Renamo atribua a responsabilidade dos obstáculos à Frelimo. Apesar de lentas, as negociações têm mostrado muitos resultados positivos, como o acordo de cessar-fogo para o corredor comercial da Beira e Limpopo, e os dois protocolos anteriores. O obstáculo actual é, como sempre, uma divergência de opiniões. A Renamo considera necessário que, depois das eleições, a nova Assembleia da República tenha como ponto principal da agenda a revisão da Constituição. O Governo acredita que os esforços feitos aqui devem criar condições para um sistema político democrático, multipartidário.

P — Que probabilidades tem a Frelimo de vencer as eleições?

R — Muitas. A Frelimo continua a ser a força capaz de garantir a unidade, que possui um programa económico e que, sobretudo, pode assegurar o fortalecimento e o avanço dessa democracia que está a nascer.

P — Mas a Frelimo não garantiu a paz...

R — A violência em Moçambique foi introduzida pela Renamo, que é um produto dos rodesianos e sul-africanos.

P — Isso é historicamente inegável, mas em seguida a Renamo conseguiu criar bases de “consenso”, mes-

mo se por causa de erros da Frelimo.

R — Que a Frelimo cometeu erros é um facto, e o partido jamais escondeu isso. Mas os erros justificam a acção armada que alterou a ordem existente no país?

P — Mas a guerra não durou 15 anos apenas com o apoio externo.

R — É preciso saber quais técnicas a Renamo usou para manter a sua posição. Se de um lado eles beneficiaram politicamente do descontentamento que existia, a base essencial da Renamo é constituída por indivíduos que foram raptados quando eram pequenos ou adultos, obrigados a cometerem crimes a partir dos quais, por falta de possibilidades de reinserção social, a única via de sobrevivência foi a de continuar a matar.

P — A Frelimo só aceitou o sistema multipartidário porque deixou de ter o apoio da União Soviética?

R — Começamos as mudanças em Moçambique antes mesmo da “perestroika”. Em 1983, percebemos que o nosso grande erro tinha sido concentrar os nossos esforços no Estado, e não na sustentação do sector privado.

P — Como é que a Frelimo vê a participação de Portugal nas negociações de paz realizadas aqui em Roma?

R — Ainda não discutimos qual poderá ser a participação a nível prático, mas o simples facto de termos pedido a participação de Portugal quer dizer que acreditamos que isso possa melhorar o processo de paz. ■ V. G.

O JORNAL Sexta-feira, 14 de Fevereiro de 1992

Portugal, Suécia e França no turismo de S. Tomé

São Tomé e Príncipe vai beneficiar de um projecto de turismo social que Portugal, Suécia e França estão a organizar em conjunto.

O projecto foi anunciado durante a reunião da União Internacional de Cooperativas de Turismo Associativo e da Federação Internacional de Cooperativas de Turismo Popular, que decorreu em Lisboa em finais de Janeiro.

O representante português na reunião, José Freitas, disse que «se a Constituição do país refere que todos os cidadãos têm direito ao gozo de férias,

então é necessário que existam condições para que isso aconteça efectivamente». O representante português reconheceu, no entanto, que existe ainda muito a fazer e que o Estado deverá apoiar mais iniciativas que contribuam para o desenvolvimento do turismo social.

Na reunião de Lisboa estiveram presentes representantes da França, da Áustria, da Checoslováquia, da Dinamarca, da Hungria, da Itália, do Japão, da Polónia, do Reino Unido, da Suécia e de Portugal.

PÚBLICO
QUINTA-FEIRA, 13 FEVEREIRO 1992

Lei polémica em São Tomé

A NOVA LEI do sistema judiciário de São Tomé e Príncipe, publicada recentemente no “Diário da República”, está a provocar acesa polémica entre Governo e magistrados. Até ao ministro da Justiça, Olegário Tiny, já interveio no conflito para dizer que os magistrados fizeram uma “má interpretação” da legislação por “razões políticas”. Tiny reconheceu, porém, que a anterior lei do sistema judiciário, de 1991, “tem levantado algumas divergências de interpretação e problemas de funcionamento dos tribunais”. ■

ANC a duas vozes

Maus presságios para a nova reunião multipartidária em que será discutido o futuro do país

Ferreira Sebastião
Joanesburgo

As divisões internas do ANC puseram, esta semana, em causa a credibilidade do próprio movimento e comprometem as decisões que a sua delegação vai tomar, em Março, na CODESA (Convenção para a África do Sul Democrática), onde se discute o futuro do país.

O conflito entre os moderados do ANC e a chamada «linha dura» emergiu quando, em Joanesburgo, o secretário-geral, Cyrus Ramaphosa, defendeu publicamente a aplicação de medidas económicas que contrariam, em absoluto, as posições assumidas, na Suíça, por Nelson Mandela.

As contradições entre os dois blocos do maior movimento político negro «antiapartheid» são por de mais evidentes e alarmam os potenciais investidores num país cuja situação económica é difícil, agravada, agora, pela maior seca dos últimos trinta anos, que provocou prejuízos na agricultura avaliados em vinte mil milhões de rands.

As divergências traduziram-se na afirmação, feita pelos do ANC, de que «o próximo governo democrático sul-africano não irá honrar os compromissos assumidos, através de expressivos empréstimos vindos do exterior», dando que não reconhecem qualquer legitimidade ao poder actual. Pressionado pelos capitalistas europeus, na cimeira económica de Davos, Suíça, Nelson Mandela disse que tal posição era de carácter meramente pessoal, não correspondendo à política do ANC.

No contexto das divisões internas prevaletentes no ANC há quem preveja o fracasso da CODESA, na segunda ronda de negociações, que será realizada em Março.

Há motivos que sobram para prever grandes dificuldades, decorrentes, designada-

mente, de discordâncias profundas entre os cinco grupos de trabalho em funcionamento e a incompatibilidade de calendários, mormente entre o ANC e o Partido Nacionalista, no tocante à formação do governo interino e da Assembleia Constituinte.

É patente, também, a ausência de homogeneidade de posições no ANC, com respeito à CODESA. Enquanto, nos comunicados à Imprensa, se exprime optimismo quanto ao «nível com que as reuniões de trabalho vão decorrendo», na rua as manifestações sucedem-se. Piquetes instalados junto ao edifício do Supremo Tribunal, em Joanesburgo, exigem a queda do governo e o controlo sobre as Forças de Segurança, as Finanças e os meios de informação.

A iniciativa de montagem de piquetes foi inaugurada por Chris Hani, secretário-geral do Partido Comunista e chefe da ala militar do ANC, tendo ainda participado outros elementos de cúpula do ANC, numa tarde em que os termómetros registavam 35 graus centígrados.

Em panfletos distribuídos no local, o ANC insurge-se contra o «referendo branco» proposto pelo governo, considerando-o «mais uma medida racista do gabinete de De Klerk».

O ANC e o Partido Comunista afirmam aceitar apenas uma «maioria democrática». No documento, não se dá crédito àquilo que vai acontecer nas reuniões da CODESA, iniciativa política em que participam aquelas duas organizações.

Entretanto, o governo mantém-se debaixo de fogo. De Klerk, de regresso de mais uma viagem à Europa onde solicitou empréstimos, é acusado, pelo ANC e seus aliados, de tentar manter o poder nas mãos dos brancos e controlar a chamada «terceira força». Esta componente é tida, pelos negros, como responsável pela nova onda de violência que voltou a atingir a África do Sul, registando-se a morte de mais de uma vintena de pessoas, entre as quais dois dirigentes — um do Inkhata e outro do ANC.

De momento, os nacionalistas mostram-se mais preocupados com as eleições intercalares da próxima semana, em Potchefstroom, onde se joga muito do futuro do país. Os

conservadores, ausentes da CODESA, estão agora a ganhar algum apoio da parte dos líderes negros mais moderados — casos dos bantustões de Bophutswana e do Ciskei —, têm, a escassa semana do acto eleitoral, todas as razões para se sentirem optimistas. De facto, as sondagens prenunciam uma «inesperada e espectacular vitória» ao partido mais à direita do espectro parlamentar.

FOLHA DE S. PAULO
12 de fevereiro de 1992

Mandela ganharia hoje eleições, diz pesquisa

Nelson Mandela e seu partido, o Congresso Nacional Africano (CNA), ganhariam as eleições na África do Sul se elas fossem realizadas agora. Segundo o Human Sciences Research Council, 42% dos eleitores urbanos apoiariam Mandela e 27% De Klerk, o presidente sul-africano.

PUBLICO SÁBADO, 15 FEVEREIRO 1992

PIB DIMINUI NA ÁFRICA DO SUL — O produto interno bruto sul-africano diminuiu 0,6 por cento em 1991, anunciou ontem o serviço central de estatísticas. Este foi o segundo ano consecutivo em que o PIB da África do Sul baixou. Em 1990, o PIB era já inferior em 0,9 por cento ao de 1989.

Presidente da Zâmbia em entrevista ao PUBLICO

Acelerar a integração da África Austral

PUBLICO

14 FEVEREIRO 1992

Steven Lang
em Joanesburgo

O sucessor de Kaunda coloca-se na vanguarda dos que defendem uma autêntica comunidade económica no Sul do continente africano, propondo inclusive uma moeda única para os diversos países da região.

O Presidente da Zâmbia, Frederick Chiluba, partido quarta-feira para Londres e para os Estados, a quem vai pedir «ajuda e investimentos». Em vésperas de partir, Chiluba declarou ao PUBLICO, em entrevista telefónica, que ao formando um verdadeiro bloco económico os países da África Austral, colocando de lado as suas divergências políticas, poderão enfrentar os desafios do futuro.

O mundo está a ser dividido em poderosos blocos económicos, como a Comunidade Europeia, a América do Norte e o Pacífico; e se os africanos não reagirem às novas circunstâncias o continente será esquecido — considerou Chiluba, que em 1 de Novembro derrotou o veterano Kenneth Kaunda nas eleições presidenciais zambianas.

O antigo dirigente sindicalista, um protestante de 48 anos, propôs mesmo uma moeda única para toda a África Austral e a eliminação de obstáculos alfandegários, para se facilitar o comércio regional.

Frederick Chiluba acusou Kaunda de hipocrisia, pois o co-

mércio da Zâmbia com a África do Sul cresceu enquanto ele criticava o sistema de apartheid e dizia que os outros países deveriam cortar relações comerciais com Pretória.

O novo Chefe de Estado anunciou que Lusaka vai agora abrir uma missão comercial na África do Sul, mas que é ainda muito cedo para iniciar relações diplomáticas a nível de embaixador (esperando, provavelmente, que avance um pouco mais o processo de democratização do país).

Por outro lado, afirmou que gostaria de visitar Pretória e que a deslocação poderá verificar-se mais cedo do que ele próprio esperava ainda há pouco tempo.

O sucesso de uma verdadeira Comunidade da África Austral não é nada de novo, mas as profundas mudanças ocorridas desde há dois anos no próprio subcontinente e na política internacional tornaram-no mais viável.

Existem actualmente três organizações que podem proporcionar as estruturas necessárias para tal comunidade: o Acordo de Comércio Preferencial que abrange os países da África Austral e Oriental, a Conferência Coordenadora do Desenvolvimento da África Austral (ambos sem a África do Sul) e a União Aduaneira que liga Pretória a alguns dos países vizinhos.

Comércio é comércio

As relações entre os sul-africanos e os seus vizinhos têm vindo a ser governadas ao longo dos anos por uma dicotomia entre os interesses políticos e os económicos; e até há pouco os princípios ideológicos

chocavam-se com os interesses de sobrevivência económica, como aconteceu no caso de Kaunda.

Os governos da região não se cansaram de manifestar a sua repugnância pela política de discriminação racial praticada por Pretória, mas mantiveram normalmente abertas os canais de comércio com «o inimigo».

Nos arquipélagos internacionais os dirigentes da Linha da Frente pediam uma campanha de nações e boicotes à África do Sul, ao mesmo tempo que muitas vezes aumentavam o comércio com ela.

Hoje em dia, o Malawi é o único país africano a ter relações diplomáticas, a nível de embaixador, com a África do Sul, mas Moçambique, Zâmbia, Namíbia, Zaire, Botsuana e Lesoto mantêm representações comerciais.

FOLHA DE S. PAULO
12 de fevereiro de 1992—

«Nós não usamos a palavra 'inanição' à toa. Nós a usamos com todo o peso que ela tem.»

(De Ina Periman, dirigente da Operação Fome, uma entidade privada de bem-estar social da África do Sul, ao alertar que 2 milhões de negros poderão morrer de fome na zona rural do país até maio, e menar que o governo contribuiu financeiramente)

PUBLICO 17 FEVEREIRO 1992

Mandela em alta

O LÍDER do ANC, Nelson Mandela, conta com o apoio de 69 por cento dos negros sul-africanos residentes em centros urbanos — revelou ontem uma sondagem publicada em Joanesburgo pelo «Sunday Times»; e segundo a qual nove por cento dos interrogados preferem o Presidente Frederik de Klerk. Quanto à intenção de voto por partidos, 72 por cento dos cidadãos negros consultados disseram-se a favor do ANC, cinco por cento inclinaram-se para o Congresso Pan-Africano (PAC), outros tantos para o Partido Nacional, do Presidente De Klerk, e um por cento apenas para o Inkatha, de Mangosuthu Buthelezi.